

Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 31

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo arcabouço fiscal é um avanço institucional (André Roncaglia).....4

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal e reforma tributária se complementam nos planos do governo para a economia; entenda.....5

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Queda de juros será consequência de arcabouço fiscal e reforma tributária, diz Haddad.....7

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que jabutis tributários sugam Orçamento e reduzem arrecadação.....8

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Que imposto é esse (Que imposto é esse).....9

VALOR ONLINE - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estrangeiro mostra otimismo com Brasil após arcabouço fiscal.....10

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo avalia retomar projeto travado no Senado para fazer mudanças no Imposto de Renda.....12

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária prevê alíquota diferenciada para a saúde, diz Reginaldo Lopes.....13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Adiar reformas estruturais custa crescimento - SOLANGE SROUR.....15

FOLHA DE S. PAULO - SP - SEMINÁRIOS FOLHA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda o que muda para os contribuintes.....17

FOLHA DE S. PAULO - SP - SEMINÁRIOS FOLHA
SEGURIDADE SOCIAL

Entidades querem alíquotas específicas para a cadeia.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regras novas, velhos riscos (Artigo).....22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desinformações tributárias (Artigo).....24

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entidades da saúde pedem que reforma conserve tributação diferenciada ao setor	25
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Lira articula votação expressa de arcabouço e reforma tributária	26
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária vai dar um choque de credibilidade na economia nacional, diz Haddad	28
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Alckmin diz que reforma tributária pode trazer a retomada do crescimento	29
TV SBT - DF - SBT BRASÍLIA 1ª EDIÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Simone Tebet defende reforma tributária e novas regras fiscais	31
PORTAL UOL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad foi bem-sucedido com nova regra fiscal	32
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Governo adia entrega do novo arcabouço fiscal para a próxima semana	34
VALOR ONLINE - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad diz ter debatido com Campos Neto possível mudança no calendário de metas de inflação	35
RÁDIO CÂMARA FM 96,9 - DF - CÂMARA ABERTA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Simone Tebet defendeu que o Congresso aprove reforma tributária possível	37
JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Alckmin sobre reforma tributária: Há solução para setores, podemos ter mais de uma alíquota	38
VALOR ONLINE - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reflexões sobre a reforma tributária	39
VALOR ONLINE - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Governo patina em propostas com sustentabilidade fiscal	41
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária usará 'cashback' para criar benefícios na área de educação, diz Appy	44
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: consumidor será informado na nota fiscal sobre qual é o preço dos produtos sem imposto	46

Quinta-Feira, 6 de Abril de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Presidente da Febrafite diz que o país está maduro para aprovar reforma tributária 48

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet diz ao Congresso que reforma tributária é urgente 49

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova regra fiscal vai fazer Brasil entrar em ritmo de redução da taxa de juros, diz Alckmin 51

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços - OPINIÃO JURÍDICA 52

VALOR ECONÔMICO - SP - PRIMEIRA PÁGINA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer IVA dual em 2025 e 2027 54

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária só daqui a dois anos (Artigo) 55

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

Em busca de uma reforma estrutural 56

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Regra fiscal não estabiliza dívida, é preciso também uma reforma de gastos 57

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária é bala de prata, e arcabouço, a de bronze, diz Tebet 60

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda devolução de todo o imposto da cesta básica aos mais pobres 62

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quem planta arcabouço pode não colher tributária 64

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incentivo a desenvolvimento regional cria impasse 65

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

IVA deve vigorar em duas etapas, em 2025 e 2027, afirma Orair 66

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: não há "plano B" para receita de R\$ 90 bi 68

Novo arcabouço fiscal é um avanço institucional (André Roncaglia)

André Roncaglia

O lançamento do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) pela equipe econômica na última quinta-feira (30) trouxe alívio, dúvidas e outras muitas reações. A forma telegráfica da apresentação gerou uma série de simulações, críticas e elogios de todos os lados do espectro político.

Início a discussão do tema nesta coluna, expondo o conceito do NAF. Trata-se de um sistema de regulação do equilíbrio orçamentário, formulado com vistas ao longo prazo. Seu desenho permite a calibragem da regra de forma a refletir os anseios das urnas, à direita e à esquerda. É um notável avanço institucional.

Há dois mecanismos embutidos no NAF: um de transição e outro de alocação. Primeiro, o NAF adota uma versão mais flexível do teto de gastos, na forma de uma banda de crescimento real a cada ano entre 0,6% a 2,5%. Isso suaviza os efeitos da extinção do teto de gastos - que não permitia crescimento real do gasto público.

O NAF faz a despesa crescer mais lentamente do que a receita durante a expansão da economia, melhorando o resultado primário. Como no regime de metas de **inflação**, este resultado pode flutuar em torno de uma meta central, com margem de erro nas duas direções.

Além de flexibilizar a política fiscal - que pode enfrentar situações imprevistas que afetem as receitas ou que demandem mais gastos do governo -, o NAF auxilia na descriminalização da política, ao prever prestação de contas ao Senado Federal em caso de descumprimento da regra.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) obrigava o governo a atingir uma meta fixa de resultado primário. A eventual frustração de receitas o levava a segurar gastos na boca do caixa para cumprir a meta. Como a maior parte dos gastos correntes são obrigatórios, os cortes acabavam vitimando os investimentos públicos, que são despesas discricionárias.

Como mecanismo de alocação, o NAF impõe uma punição e uma recompensa, caso o resultado primário fique fora da banda. Se o superávit ficar abaixo do

piso, o governo tem menos espaço para gastos no ano seguinte, recompondo-se o resultado fiscal.

Caso a receita cresça muito e o superávit extrapole o teto da banda, o excedente é reciclado, no ano seguinte, na forma de investimentos públicos.

Assim, o desenho engenhoso do NAF prevê a recomposição do gasto público, evitando que o conflito distributivo (circunscrito à banda de crescimento do gasto) restrinja o investimento público (que contará com piso real de R\$ 75 bilhões). Segundo simulações do MADE-USP, a regra tem efeitos assimétricos sobre a dinâmica do investimento ao longo do ciclo. Ela turbinava o investimento em períodos de baixo crescimento (governos Lula I, **Temer** e Bolsonaro), mas não o constrange muito durante a expansão (Lula II). Ao fazer isso, reforça os efeitos multiplicadores da renda e ressignifica o esforço de estabilização da dívida, historicamente associada ao princípio da austeridade.

O novo modelo amplia a transparência da política fiscal, explicitando o conflito distributivo pelos lados do gasto e da tributação. Ao tirar jogos de apostas online, fundos exclusivos e grandes varejistas digitais estrangeiras, bem como ao eliminar enormes incentivos fiscais devido a brechas tributárias (os tais jabutis), o NAF expõe, por exemplo, a escolha entre subsidiar grandes varejistas nacionais e financiar programas sociais.

Esta ação de compliance tributária abre uma discussão mais abrangente e transparente sobre a **reforma tributária**. O sucesso desta nova Lei de Responsabilidade Fiscal e Social dependerá do grau de resistência de grupos poderosos à recomposição da receita.

A maior transparência na política fiscal não deve ser menosprezada. Afinal, os ricos e as grandes empresas precisam colaborar com a estabilização da dívida pública. O BC pode fazer sua parte também, antecipando a queda da Selic.

Feliz Páscoa!

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andre-roncaglia/2023/04/novo-arcabouco-fiscal-e-um-avanco-institucional.shtml>

Arcabouço fiscal e reforma tributária se complementam nos planos do governo para a economia; entenda

Por g1 - Brasília

Nas últimas semanas, a equipe econômica do governo tem se concentrado em levar adiante duas propostas, consideradas cruciais para o sucesso do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária.

Os dois temas se complementam (veja mais abaixo como). Por isso, o governo quer aprová-los o mais rápido possível no Congresso. Para o arcabouço, a expectativa é de votação e aprovação ainda neste semestre. A reforma deve levar mais tempo, e pode ser concluída até o fim do ano.

Nesta terça (4), em audiência na Câmara, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o arcabouço é a bala de bronze e a reforma tributária é a bala de prata para erguer a economia. A ministra fazia referência ao fato de as duas propostas necessitarem uma da outra para dar certo.

O novo arcabouço fiscal, apresentado na semana passada, apresenta regras para disciplinar os gastos do governo.

Para isso, o arcabouço prevê algumas obrigações:

?? O governo vai ter que obedecer uma meta de resultado primário (diferença entre receitas e despesas). Essa meta, pré-estipulada, é calculada em percentual do PIB e terá intervalo de tolerância para mais e para menos.

?? Se o governo cumprir a meta, a despesa não poderá crescer além de 70% do crescimentos da receita ao longo de um ano. Se não cumprir a meta, a despesa não poderá crescer mais de 50% do crescimento da receita.

?? Há também um piso para o crescimento real da despesa (acima da inflação): 0,6%. E um teto: 2,5%.

A reforma tributária está sendo discutida em um grupo de trabalho no Congresso, mas ainda não tem votação prevista.

Nesta primeira etapa da reforma, o governo pretende mexer nos **impostos** sobre consumo. Ou seja, impostos pagos no ato de compra e venda de um produto.

Um dos principais pontos é unificar vários **impostos** em um único IVA (imposto sobre valor agregado).

O IVA tem a vantagem, segundo o governo, de não ser cumulativo. Isso significa que o imposto sobre um produto é fixo e pago uma vez só ao longo da cadeia de produção. Hoje, o imposto pago em uma etapa da cadeia se reflete no preço pago nas etapas seguintes.

A equipe econômica argumenta que não vai ter aumento de carga tributária. Com a primeira fase da reforma, o governo pretende:

A função principal do arcabouço vai ser delimitar barreiras para o crescimento da dívida, já que dívida alta gera **inflação**, juros altos, desemprego e baixo crescimento do PIB.

Mas, como o governo pretende investir em obras, programas sociais e nas promessas de campanha de Lula, não basta conter as despesas. Vai precisar gerar receitas.

É aí que entra a **reforma tributária**, com expectativa de melhorar o ambiente de negócios e aumentar a arrecadação.

Até porque, uma crítica que vem sendo feita ao arcabouço é que ele não está prevendo cortes de gastos. Com isso, as receitas precisam aumentar.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que o governo precisa incrementar sua arrecadação em algo em torno de R\$ 150 bilhões neste ano para cumprir as regras do arcabouço.

Nesta terça-feira (4), o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy, afirmou que a reforma tributária deve levar a um acréscimo no PIB de 12% a 20% em até 15 anos.

A **reforma tributária** tem dois objetivos básicos. Um dos objetivos é tornar o sistema tributário brasileiro mais justo. O segundo é tornar o sistema tributário brasileiro mais eficiente, ou seja, permitir que a economia cresça mais, afirmou Appy em entrevista à GloboNews.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/06/arcabouco-fiscal-e-reforma-tributaria-se-complementam-nos-planos-do-governo-para-a-economia-entenda.ghtml>

Queda de juros será consequência de arcabouço fiscal e reforma tributária, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira que a queda da taxa de juros será consequência do novo arcabouço fiscal anunciado na semana passada e da **reforma tributária** que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer aprovar no Congresso Nacional.

Em entrevista à BandNews TV, Haddad disse que o resultado da emissão de títulos feita pelo Tesouro Nacional no exterior na quarta-feira indica que há apetite do investidor estrangeiro no Brasil e uma visão externa de que o país está no caminho correto.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Queda de juros será consequência de arcabouço fiscal e **reforma tributária**, diz Haddad

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/queda-de-juros-sera-consequencia-de-arcabouco-fiscal-e-reforma-tributaria-diz-haddad,91db259f35c630d70297995e41ad8f2ad34l592v.html>

Haddad diz que jabutis tributários sugam Orçamento e reduzem arrecadação

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira que jabutis tributários que foram criados ao longo dos anos têm sugado o Orçamento do Estado brasileiro e reduzido a arrecadação do governo.

Em entrevista à BandNews TV, o ministro disse ainda que a intenção do governo com a **reforma tributária** é recompor a capacidade de investimento do país e afirmou que aqueles que não pagam imposto têm que arcar com a conta do ajuste fiscal do Brasil.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Haddad diz que jabutis tributários sugam Orçamento e reduzem arrecadação

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/haddad-diz-que-jabutis-tributarios-sugam-orcamento-e-reduzem-arrecadacao,4b7534665f4cb892bd2df0c379945928m8frm98r.html>

Que imposto é esse (Que imposto é esse)

Eduardo Cucolo

Perfil do blogueiro

Eduardo Cucolo é repórter de Mercado. Foi secretário de Redação na Sucursal da Folha em Brasília, além de responsável pela cobertura de Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Receita Federal e Banco Central na capital federal.

Link externo, abre o Twitter do blog

O mecanismo de devolução de **impostos** previsto na **reforma tributária** pode beneficiar também as mulheres, em uma espécie de "cashback rosa".

Representantes do governo federal e deputados que tratam do tema já falaram na possibilidade de devolver os **impostos** da cesta básica para pessoas mais pobres. Ou beneficiar algumas famílias que tenham gastos com saúde e educação privados.

Nesta semana, o coordenador do grupo de trabalho da Câmara que trata da reforma falou sobre a possibilidade de também estender o mecanismo às mulheres, que arcam com uma carga maior nos **tributos** indiretos sobre o consumo.

Alguns produtos de uma mesma funcionalidade têm preços maiores quando são feitos em versões para mulheres. Mesmo que a tributação seja a mesma em termos percentuais, ele incidirá sobre uma base maior no produto para o público feminino. Além disso, as mulheres gastam parcela maior da renda com itens relacionados à subsistência, que são mais tributados atualmente.

"Eu sou extremamente favorável à devolução dos **impostos** para os mais pobres. Inclusive até um cashback rosa, porque infelizmente os produtos das mulheres são até mais caros", disse o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) durante audiência pública na Câmara dos Deputados com a ministra Simone Tebet (Planejamento).

"Quando a gente fala em [devolução de imposto de] alimentos, já atende a ampla maioria da população mais pobre, que infelizmente são os negros e em grande parte as mulheres. Mas tem um debate também, se o país quiser tomar a decisão, pode criar por exemplo cashback diferenciado até para as mulheres em alguns produtos, cashback rosa", afirmou Lopes durante seminário sobre os Impactos da **Reforma Tributária** na Saúde.

Reportagem da Folha da semana passada mostrou

que as mulheres ainda estão em minoria nas discussões sobre a **reforma tributária** no Congresso neste ano, apesar de pagarem mais imposto sobre o consumo do que os homens e terem participado da elaboração das propostas hoje em debate.

Estudo do Instituto de Justiça Fiscal com dados da **Receita Federal** mostra que as mulheres têm menos rendimentos isentos e, portanto, pagam alíquotas mais altas sobre a renda. Também arcam com uma carga maior nos **tributos** indiretos sobre o consumo, de 15,05%, superior à masculina (14,55%).

O estudo "**Reforma tributária** e desigualdade de gênero: contextualização e propostas", do grupo de estudos Tributação e Gênero da FGV, mostrou também que as mulheres gastam maior parcela da renda em bens de consumo, voltados para a manutenção da família, e uma parte menor da renda vai para investimentos e aumento do ativo, como aquisição de imóveis.

Neste primeiro semestre o governo quer simplificar e substituir os cinco principais **tributos** sobre o consumo (os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o ISS) por até três novos **impostos**, com legislações unificadas.

Também deve haver mudança na tributação do local da sede da empresa para o município do consumidor, redistribuindo a arrecadação. A tributação de todos os bens e serviços tende a ser a mesma, com algumas exceções que estão em análise, como alimentos, saúde, educação e transporte.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2023/04/reforma-tributaria-pode-ter-cashback-rosa-para-devolver-imposto-a-mulheres.shtml>

Estrangeiro mostra otimismo com Brasil após arcabouço fiscal

Por Victor Rezende, Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Augusto Decker - De São Paulo

O arcabouço fiscal proposto pelo governo na semana passada trouxe novamente ao foco um viés mais otimista do investidor estrangeiro em relação ao Brasil, o que já se refletiu no comportamento dos ativos domésticos. Desde que o plano elaborado pelo Ministério da Fazenda foi revelado, no último dia 30, houve uma redução relevante de posições compradas em dólar contra o real - ou seja, que apostam na apreciação da moeda americana -; os não residentes aportaram R\$ 3,12 bilhões no mercado secundário de ações, de acordo com a B3; e, na renda fixa, a busca por títulos prefixados de longo prazo ajudou a derrubar os juros nos últimos dias.

"Tenho a tendência de acreditar que o governo está mostrando os sinais corretos, de entender as dinâmicas e as preocupações que há entre os investidores internacionais", afirma Carlos Carranza, gestor de mercados emergentes da Allianz Global Investors. Embora ressalte que a tramitação da proposta será importante na visão dos estrangeiros, ele nota que, até o momento, "a mensagem foi bem recebida e isso ficou claro nos ativos".

Nos últimos dias, os movimentos de apreciação do real e de queda dos juros futuros têm sido relevantes

Nos últimos dias, os movimentos de apreciação do real e de queda dos juros futuros têm sido relevantes. Ontem, durante o pregão, o dólar chegou a cair a R\$ 5,01, enquanto as taxas futuras de longo prazo abandonaram a casa dos 13%. Cabe notar que um sentimento mais positivo em relação aos ativos brasileiros surgiu mesmo antes da apresentação oficial do texto, já que o mercado chegou a antecipar a apresentação de uma proposta fiscal razoável.

"O fortalecimento da moeda é um sinal de que o mercado está enxergando um plano econômico de longo prazo sustentável", diz Carranza. "Se houver a continuidade de políticas econômicas sustentáveis ao longo do governo, será o caso de uma grande valorização das ações", aposta o gestor. "O desenho da proposta foi bom, sem dúvidas. Agora o debate deve ser acompanhado no dia a dia para saber como o plano será executado."

Carranza aponta que a Allianz está otimista em relação ao Brasil e vê espaço para investimentos no câmbio e nos juros. "Nossos investimentos têm visões construtivas para o país, para o real, para os títulos. Acreditamos que o governo terá êxito na execução do plano, o que levará o Brasil a ser um ambiente bom para investimentos."

Um movimento que chamou a atenção dos agentes nos últimos dias, inclusive, foi o desmonte nas posições compradas em dólar de investidores estrangeiros. De acordo com dados da B3 sobre as posições em dólar futuro, cupom cambial (DDI) e dólar mini, os não residentes reduziram posição comprada (que aposta na alta do dólar) em US\$ 5,532 bilhões entre quinta-feira, quando a proposta de arcabouço fiscal foi revelada, e terça-feira.

"Os mercados globais estão um pouco mais tranquilos no geral, com os juros longos americanos caindo e um ambiente mais calmo no setor bancário. Isso ajuda qualquer mercado de risco, inclusive o real. Além disso, o juro é alto e está mais elevado que em outros mercados emergentes. Além disso, o risco de cauda está diminuindo e isso ajuda a moeda, porque é mais fluxo entrando no mercado local", afirma o estrategista e economista para América Latina da Emso Asset Management, Bret Rosen.

"Acredito que os investidores podem ter suas opiniões sobre o conteúdo [do arcabouço fiscal], mas um fato é que ele tira um pouco das dúvidas que estavam no cenário. O investidor estrangeiro agora tem, pelo menos, uma apresentação sobre o assunto", diz.

Rosen, inclusive, lembra que, três meses atrás, o mercado ainda tinha muitas dúvidas sobre a direção da política econômica no Brasil. "Em novembro e dezembro, os juros estavam muito altos e havia comentários de que o Brasil poderia entrar em uma 'aventura fiscal' e que a dívida poderia explodir. De uma forma geral, o mercado retira do preço essa cauda de 'aventura fiscal'. Talvez a dívida/PIB suba, mas se o arcabouço vier do jeito que foi apresentado, não irá explodir. Isso tranquiliza um pouco a perspectiva do estrangeiro", afirma.

Carranza, da Allianz, acredita que, neste momento, o ambiente é positivo para que o câmbio volte a testar níveis abaixo de R\$ 5 por dólar. "A nossa visão é

bastante construtiva para que o real continue a se apreciar daqui em diante. Até agora, os sinais do governo foram bem-recebidos pelo mercado", nota. "Mas há um risco. Os investidores estão acompanhando de perto as decisões do novo governo. Isso pode trazer sentimentos bons ou ruins", alerta o gestor.

É o que aponta, também, Rosen, da Emso. "Quando pensamos nos próximos seis a 12 meses, acompanhamos várias discussões. A primeira é essa do arcabouço fiscal, mas logo depois vamos ter uma discussão sobre as metas de **inflação** e precisamos saber, ainda, quem o governo irá indicar para as duas vagas na diretoria do Banco Central", observa o estrategista.

"Já temos um assunto parcialmente resolvido. O arcabouço vai entrar agora no processo político e talvez seja um pouco diluído, mas deve sair parecido com a apresentação original. Em relação à meta de **inflação** ainda não sabemos e talvez possa haver alguma mudança. Também não sabemos quem o governo irá escolher para a diretoria do BC", afirma.

Ele, porém, dá ênfase à melhora na comunicação entre o Ministério da Fazenda e o mercado - e entre a Fazenda e o Banco Central. "Isso já ajuda a reduzir um pouco a incerteza e dá algum apoio aos ativos brasileiros. A Fazenda está tentando se comunicar com o mercado estrangeiro e isso é positivo."

Ao se atentar aos detalhes da proposta de marco fiscal do governo, o estrategista-chefe de investimentos na América Latina da BlackRock, Axel Christensen, destaca as reações bastante distintas entre as classes de ativos. "Por um lado, a notável valorização do real e a redução dos juros de longo prazo parecem ter recebido positivamente um plano fiscal que visa manter certa estabilidade das contas públicas, amenizando as preocupações com gastos insustentáveis do novo governo. Os preços das ações, por outro lado, seguiram outro caminho", aponta.

De fato, a possibilidade de aumento da carga tributária pesou na bolsa e, ontem, o Ibovespa voltou a operar na casa dos 100 mil pontos. "Embora inicialmente as ações tenham participado do 'rali de alívio' impulsionado pelo anúncio do marco fiscal, rapidamente elas mudaram de rumo à medida que os investidores começaram a digerir o impacto das consequências de uma eventual **reforma tributária** que o governo planeja anunciar", afirma Christensen, que opta por uma abordagem seletiva no mercado acionário doméstico.

Em "live" mensal da Itaú Asset Management ontem à noite, o gestor Luiz Ribeiro avaliou que, diante da

redução dos riscos associados a um descontrole da dívida, faz sentido o investidor estrangeiro ampliar as apostas no Brasil.

"A percepção do estrangeiro é a de que a gente reduziu muito o risco de um descontrole da relação dívida/**PIB**. Você tem um plano agora que não tinha antes. Dado que você não tem esse risco de explosão da relação dívida/**PIB**, vale a pena colocar algum dinheiro no Brasil. Isso explica um pouco o 'fechamento' [queda] da curva de juros e muito do que aconteceu com a moeda. Depois do anúncio, essa reação faz todo sentido", afirma Ribeiro, que é gestor da família de fundos Itaú Asgard.

Para o universo das ações, porém, o cenário é misto, na visão de Ribeiro. "As ações têm, no seu 'valuation', dois grandes componentes. O primeiro é a taxa de desconto que você usa. Ter um plano é bom, já que reduz a incerteza. Por outro lado, esse plano, por ser focado muito na receita, acaba afetando um pouco a perspectiva de crescimento do **PIB** e das receitas das empresas no médio e longo prazo. Então as ações não tiveram uma reação tão positiva como vimos nos juros e na moeda", afirma.

Vale notar que, desde que o arcabouço fiscal foi revelado, os estrangeiros aportaram R\$ 3,21 bilhões no mercado secundário de ações, o que reverteu a tendência negativa do grupo - até o dia 29, março acumulava saque de R\$ 4,6 bilhões. Com os aportes nos últimos dois dias do mês, o saldo mensal terminou negativo em R\$ 2,38 bilhões.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Estrangeiro mostra otimismo com Brasil após arcabouço fiscal

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/04/06/estrangeiro-mostra-otimismo-com-brasil-apos-arcabouco-fiscal.ghtml>

Governo avalia retomar projeto travado no Senado para fazer mudanças no Imposto de Renda

Brasília

/
Camila Costa, do R7, em Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que o governo tem como alternativa aproveitar o Projeto de Lei 2337/2021 para retomar a discussão sobre a reforma do Imposto de Renda (IR). A proposta está travada no Senado desde 2021, aguardando a indicação de quem será o relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

A ampliação da faixa de isenção do IR é uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que defendeu ampliar a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, mas o projeto de lei citado pela ministra estende essa faixa somente até R\$ 2,5 mil.

De autoria do Poder Executivo, o PL 2337 altera várias regras do IR. O texto foi aprovado na Câmara, mas ainda não foi analisado pelo Senado. A proposta era parte da **reforma tributária**, e uma das mudanças era a faixa de isenção do IR, que passaria de R\$ 1.903,98 para R\$ 2,5 mil mensais.

Durante reunião do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** nesta terça-feira (4), na Câmara dos Deputados, Tebet foi questionada sobre o assunto e disse que "nada impede que o texto passe por alterações". Neste caso, a proposta voltaria para a Câmara.

Líder do PT na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (MG) afirmou até o momento não existem impedimentos para que a proposta seja retomada no Senado, mas defendeu que seja encerrado primeiramente o debate referente às novas regras fiscais.

Nosso alinhamento político é de ter como estratégia, primeiro, o consumo. Depois, a renda. Quando chegar nessa segunda etapa, ok, e lógico que o caminho pode ser em aproveitar a proposta.

deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), líder do PT na Câmara dos Deputados

O PL 2337 tem pontos polêmicos, que fizeram com que o próprio relator, senador Angêlo Coronel (PSD-BA), dissesse que manteria a proposta na gaveta. Um dos motivos é a tributação de lucros e dividendos distribuídos por empresas a pessoas físicas ou jurídicas. A reportagem do R7 procurou o senador, mas não teve retorno até a última atualização desta reportagem.

A tabela do IR não é atualizada desde 2015. Hoje só estão livres do imposto quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês.

No segundo semestre de 2022, quando o Governo Federal enviou o projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 ao Congresso Nacional, a expectativa do Executivo já era negociar a reforma do imposto com o Congresso por meio de propostas em andamento no Legislativo, entre elas o PL 2337.

PL 4.452/2021: determina que, a partir de 2023, sempre que a **inflação** acumulada superar 10%, devem ser corrigidos pelo IPCA não só as faixas de renda, mas também os limites de dedução do imposto;

PL 2.988/2019: divide as faixas de renda em salários mínimos. Quem recebe até quatro mínimos mensais ficaria isento do imposto a partir do ano seguinte. O texto também prevê o reajuste da tabela de acordo com o IPCA; e

PLP 125/2019: estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias contenha a previsão de atualização da tabela progressiva mensal do Imposto de Renda pela variação acumulada no ano anterior do IPCA.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/governo-avalia-retomar-projeto-travado-no-senado-para-fazer-mudancas-no-imposto-de-renda-06042023>

Reforma tributária prevê alíquota diferenciada para a saúde, diz Reginaldo Lopes

Paola Ferreira Rosa

O setor de saúde deve ser submetido a uma alíquota diferenciada no novo modelo de tributação brasileiro, de acordo com o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados.

"Setores como o da agroindústria, o de saúde, de educação, transporte de carga e as entidades de benefícios sociais caminham para ter um tratamento diferenciado, favorecido [com relação aos **impostos**]. No mundo inteiro é assim, e não vai ser diferente aqui no Brasil", afirmou.

A declaração foi feita durante a abertura do seminário Impactos da **Reforma Tributária** na Saúde, realizado pela Folha com patrocínio da Abimed (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde).

Para ele, serviços oferecidos por convênios médicos diminuem a sobrecarga do SUS (Sistema Único de Saúde) ao atenderem uma parcela da população e, por esse motivo, devem ser enquadrados em modelos especiais de tributação.

A Pesquisa Nacional de Saúde mais recente divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostra que 28,5% dos residentes no Brasil em 2019 tinham algum plano de saúde médico ou odontológico.

Também de acordo com o deputado, será necessário debater e calcular formas de manter a máquina pública sem o acúmulo de tributações sobre um mesmo setor ou pessoa. Lopes considera um avanço propostas como o cashback para **impostos** cobrados mais de uma vez na cadeia de produção e o entendimento de que se deve cobrar mais **impostos** de quem possui mais renda.

"A progressividade também se dá na capacidade do Estado de atender os mais pobres com políticas públicas, inclusive com a transparência de o cidadão saber o que de fato está pagando", disse.

Uma das propostas é a criação de uma alíquota

estimada em 25% para bens e serviços. No caso da saúde, a porcentagem seria de 25% para baixo, variando de acordo com cada segmento que compõe o setor.

O entendimento é de que cada elo da saúde - como os setores de equipamentos, insumos, medicamentos e atendimento médico - tem características diferentes, devendo ser tributado sob uma lógica específica.

Para Lopes, o ambiente político atual está favorável à reforma, que se mostra importante para a criação de uma estrutura capaz de possibilitar um desenvolvimento econômico do país nos próximos anos, gerando mais empregos e aumentando a renda per capita.

O deputado contou que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Ministério da Fazenda têm se reunido semanalmente para ouvir todos os setores e buscar uma convergência.

"Eu diria que, se a gente conseguir superar esses pontos de divergência entre nós, vamos aprovar essa reforma", afirmou.

"Parece difícil e complexo, mas mais difícil é o modelo que temos hoje, com 460 mil normas. O IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) é muito mais fácil de entender, é simples. Vão pagar um imposto, um produto final, e vamos creditar as etapas anteriores. Acho que esse é o sistema moderno."

O deputado reconheceu o cenário de descrédito em que se insere a **reforma tributária**, marcado por 40 anos de discussões sobre o tema sem que mudanças se concretizassem de fato.

Por outro lado, disse que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado têm um objetivo em comum. "Ambos se somam nesse esforço pela aprovação [da reforma], seja o presidente [da Câmara] Arthur Lira, seja o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco."

Reginaldo Lopes também destacou o apoio do Poder Executivo. "Se a gente prestar atenção nos desafios

que estão colocados para a nova âncora fiscal, o que de fato vai dar sustentabilidade a médio e longo prazo é a **reforma tributária**. Justamente por permitir uma incidência tributária ampla. Ou seja, quando todos pagam, todos podem pagar menos."

Nessa perspectiva, segundo o deputado, o governo federal apoia a iniciativa do Parlamento de votar a **reforma tributária**, mas respeita o protagonismo da Câmara e do Senado.

"Enviar uma Emenda Constitucional ajuda, porque dá uma característica a essa reforma - que não é do governo do presidente Lula, apesar de ele apoiar e ter criado uma secretaria extraordinária da **reforma tributária**, comandada pelo Bernardo Appy. "

Segundo ele, para que o Brasil amplie sua presença no **PIB** (Produto Interno Bruto) mundial e tenha mais competitividade é preciso resolver o custo do país, majoritariamente baseado no sistema tributário.

"Dar competitividade ao Estado brasileiro é evitar que o país pague imposto de imposto e tenha cumulatividade, como a gente tem hoje no nosso sistema. Não só para permitir que o povo brasileiro tenha acesso a produtos e serviços, mas também permitir que o Brasil possa voltar a ser um país com mais valor agregado", disse.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2023/04/reforma-tributaria-preve-aliquota-diferenciada-para-a-saude-diz-reginaldo-lobes.shtml>

Adiar reformas estruturais custa crescimento

- SOLANGE SROUR

Ajustes fiscais implicam escolhas complexas diante da possibilidade de estrangulamentos econômicos e políticos. Além da definição do seu tamanho e ritmo, as autoridades a cargo do processo se deparam com duas questões: qual é a combinação mais efetiva entre aumentos de **impostos** e cortes de despesas a fim de alcançar uma redução ou estabilização da relação dívida/**PIB**, e qual é o custo em termos de perdas de produto e emprego associadas ao ajuste fiscal?

As linhas gerais do novo arcabouço fiscal deixam clara a escolha por um ajuste que limita os gastos de forma gradual e é dependente do aumento da carga tributária. O ajuste é de cerca de 2% do **PIB** em três anos, sendo que para estabilizar a dívida faz-se necessário algo perto de 3,5% do **PIB**. Embora o novo arcabouço estabeleça que o crescimento das despesas esteja limitado a 70% da receita líquida e a uma expansão real de 2,5%, os superávits primários necessários para estabilizar a relação dívida/**PIB** no médio prazo demandam crescimento de receitas acima dos níveis indicados pela sua correlação com o **PIB**.

Nossa carga tributária gira em torno de 32% do **PIB** (segundo o Monitor Fiscal do FMI), bem acima da média de 27% dos países emergentes. Ao longo de muitos anos, aumentamos a carga como forma de contrabalançar parte da forte expansão dos gastos (a outra parte resultou em crescimento da dívida), prejudicando o ambiente de negócios, desestimulando o investimento e comprometendo o crescimento potencial. Do lado dos gastos, as comparações internacionais (dados do Banco Mundial e da OCDE) mostram que gastamos muito, mas gastamos mal (principalmente com educação e benefícios sociais).

Sem uma revisão profunda dos gastos, será difícil cumprir seu limite máximo de crescimento proposto. As indicações -compromissos com reajustes reais do salário mínimo e da remuneração dos servidores nos próximos anos, uma vez que a reforma administrativa está fora de cena- vão no sentido oposto. Já as despesas com educação e saúde passarão a crescer à mesma taxa da receita corrente líquida (regra anterior à do teto de gastos). Como se não bastasse, temos 92% dos gastos obrigatórios e alta rigidez orçamentária, a vinculação do crescimento das despesas totais a uma proporção da receita resultará em elevação de gastos obrigatórios e discricionários

nos momentos de bonança, que dificilmente serão reduzidos quando precisarem crescer respeitando o limite inferior proposto (crescimento real de 0,6%).

Há ampla evidência empírica apontando que ajustes baseados na redução da despesa são os que têm menos chances de serem revertidos e têm maior probabilidade de promoverem uma redução permanente da relação dívida/**PIB**. Além disso, estão associados a menores desacelerações do que aqueles baseados em aumentos de **impostos**. Em alguns casos, tornam-se até mesmo expansionistas quando incluem políticas pró-crescimento, como a liberalização do mercado de trabalho e a abertura comercial, a partir de uma forte reação positiva do investimento privado.

A literatura econômica aponta também que a escolha gradualista pode ser bem-sucedida a depender de sua base de sustentação política e da credibilidade do governo em apontar medidas para que o ajuste seja finalizado ao longo do tempo. Governos recém-eleitos são mais propensos a sustentar essa estratégia, porém a comunicação deve ser transparente e deve haver forte participação da sociedade. O debate público é fundamental para se encontrar o equilíbrio certo na combinação de políticas e superar os ventos contrários que podem atrasar o ajuste necessário.

Sob esse aspecto, dada a agenda da **reforma tributária** posta como prioridade pelo atual governo -visando melhorar a eficiência do nosso sistema e trazer ganhos de produtividade-, parece ser contraproducente antecipar medidas arrecadatórias que poderiam ser mais bem desenhadas dentro da própria reforma. Nem todo "jabuti", como a tributação diferenciada de fundos fechados, pode ser visto como uma medida que meramente "fecha brechas". Muitos desses fundos possuem ativos ilíquidos, são instrumentos de investimento na economia real e devem pagar **impostos**, mas de uma forma mais escalonada.

Já a tributação sobre a importação de bens de consumo deveria estar inserida na reforma do IVA, assim como o impasse sobre os benefícios fiscais concedidos pelos Estados às empresas compõem ou não a base de cálculo do IRPJ e CSLL. Espera-se que a tributação dos dividendos seja debatida de forma profunda com a sociedade, diante de seus relevantes

impactos na organização das empresas, não vista como mero "jabuti".

O teto de gastos deu transparência ao imenso desafio fiscal do país: discutir como alocar recursos de forma eficiente respeitando uma restrição orçamentária. O novo arcabouço flexibiliza tal restrição através do aumento da carga tributária que pode permitir o adiamento de reformas essenciais para um maior crescimento e a geração de empregos. Mais cedo ou mais tarde a reforma dos gastos terá de fazer parte desse novo arcabouço.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50238&maxTouch=0&_ga=2.220563162.334495528.1680498398-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Entenda o que muda para os contribuintes

Eduardo Cucolo

Câmara dos Deputados formou um grupo de trabalho que prevê apresentar uma nova proposta de **reforma tributária** no dia 16 de maio. Neste momento, está em discussão a mudança nos cinco principais **tributos** sobre o consumo.

O novo texto terá como base duas PECs (propostas de emenda à constituição) que tramitam no Congresso desde 2019 e está sendo discutido também junto ao governo federal e representantes da sociedade.

*

EM QUE PÉ ESTÁ A REFORMA?

Um grupo de trabalho da Câmara tenta unificar duas propostas de emenda à Constituição (PEC 45 e PEC 110) e apresentar um texto em 16 de maio, que poderá ser votado diretamente na Câmara, em dois turnos, e depois no Senado

PRINCIPAIS MUDANÇAS PARA O CONTRIBUINTE

Não haverá diferença na tributação de mercadorias e serviços, que terão, praticamente, a mesma alíquota (exceções estão sendo negociadas)

Tendência de redução no tributo sobre bens e aumento sobre serviços

Será possível saber qual o valor de todo o imposto pago

Todo insumo tributado gera crédito para empresa que comprou, o que elimina o imposto em cascata

CARGA TRIBUTÁRIA NÃO MUDA Novas alíquotas serão calibradas para manter a carga tributária sobre o consumo

QUE **TRIBUTOS** SERÃO

SUBSTITUÍDOS?

Três **tributos** federais (PIS, Cofins e IPI)

ICMS (estadual)

ISS (municipal)

Representam cerca de 40% da carga tributária

nacional

QUE **TRIBUTOS**

SERÃO CRIADOS?

Um IBS (imposto sobre bens e serviços) dividido entre União, estados e municípios

Outra opção é o chamado IVA dual, que separa o tributo federal do que será cobrado por estados e municípios. Haveria uma CBS (contribuição sobre bens e serviços) federal mais um IBS para estados e municípios

Nos dois casos, há previsão de um imposto seletivo federal (para fumo e bebidas, por exemplo)

QUAL SERÁ A ALÍQUOTA?

A alíquota do IBS é estimada em 25% (percentual médio que já é pago hoje)

Dentro das subalíquotas, cada estado ou município pode aumentar ou reduzir sua parcela, mas a mudança vale para todos os bens e serviços, ou seja, não pode beneficiar um setor

O QUE SERÁ TRIBUTADO?

Todos os bens e serviços, sem diferença quanto à característica do produto

ONDE SERÁ TRIBUTADO?

Segue o princípio do destino, assim, o imposto é pago por quem compra.

A arrecadação pertence ao local onde o produto é consumido e não ao local onde é produzido

OUTROS PAÍSES SEGUEM ESSE MODELO?

O IVA é utilizado em quase 150 países, incluindo a maior parte da Europa e da América Latina

DIFERENÇAS REGIONAIS

 Para evitar perda de

arrecadação para estados e municípios, haverá uma transição de 50

anos (PEC 45) ou 20 anos (PEC 110) na divisão da receita para esses entes

EXCEÇÕES JÁ PREVISTAS

Simplex Nacional Adesão opcional ao novo sistema

Zona Franca de Manaus Haverá regra especial para manter o benefício

Baixa renda Programas de devolução do imposto para famílias mais pobres

Compras governamentais não incidência dos novos **tributos**

EXCEÇÕES EM DISCUSSÃO

Regimes diferenciados podem ser aplicados a imóveis, serviços financeiros, atividades agropecuárias, cesta básica, gás de cozinha residencial, educação, saúde, medicamentos, transporte coletivo, entre outros setores

QUANDO ENTRA EM VIGOR?

A expectativa é aprovar as mudanças tributárias na Constituição em 2023, sendo regulamentada pelo Congresso em 2024.

No ano seguinte, haveria a substituição do PIS/Cofins por uma contribuição federal. Já em 2027, começaria a transição dos **tributos** estaduais e municipais (ICMS e ISS) pelo IBS.

Por fim, nos cinco ou seis anos seguintes, ICMS e ISS são reduzidos gradativamente, enquanto o IBS aumenta

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50238&maxTouch=0&_ga=2.220563162.334495528.1680498398-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

De onde vêm os tributos

A maior fonte de recursos federais vem da tributação sobre **renda, lucros e ganhos**, feita por meio do Imposto de Renda e da CSLL (pago por empresas, vai para a seguridade social)

Há várias propostas de reforma para mudar os tributos sobre **consumo (bens e serviços)**. O principal ponto é criar um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com a unificação dos federais PIS, Cofins e IPI, além do ICMS (estadual) e do ISS (municipal). A área econômica do governo quer um IBS apenas com tributos federais

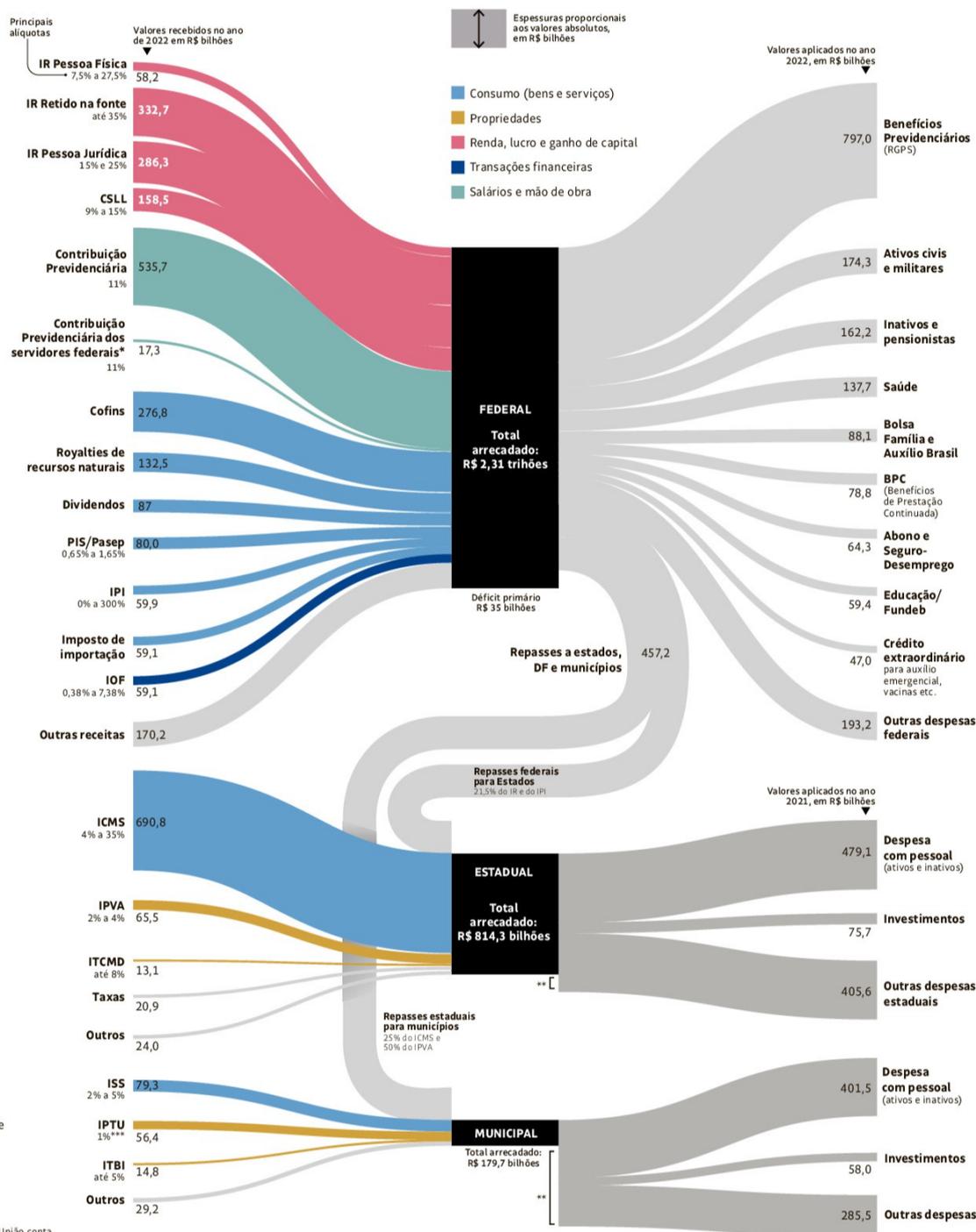
Com o fim da CPMF, o IOF se tornou o principal tributo sobre **transações financeiras**. Alguns empresários e parlamentares propõem criar um imposto único no país sobre movimentações financeiras. O governo prefere usar a CP como mais um tributo

Parte dos impostos federais, principalmente do IR, é repassada para os **estados**, que têm como principal tributo próprio o ICMS, seguido pelo IPVA. Símbolo da guerra fiscal, o ICMS é considerado o tributo mais complexo. Governadores avaliam criar um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) apenas unindo ICMS e ISS

Os **municípios** também recebem parte do Imposto de Renda, além de uma parcela do ICMS e do IPVA, vindo dos estados. A arrecadação é reforçada pelo ISS e pelo IPTU

*A receita total para o regime próprio da União conta com outras fontes de financiamento.**O total das receitas não é igual ao total de gastos, pois pode haver déficit ou superávit nas contas; também há diferenças metodológicas e de datas dependendo da fonte dos dados;***Na maioria dos municípios

Para onde vão os tributos



Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional, Confaz, Receita Federal do Brasil, Senado Federal/Siga Brasil, Instituição Fiscal Independente, Impostômetro, Portal da Transparência, CCIF (Centro de Cidadania Fiscal), IBPT e Confederação Nacional de Municípios. Dados das receitas em 2022 para governos federal e estaduais. Para municípios, estimativa feita pelo Impostômetro. Dados para as despesas em 2022 para o governo federal e em 2021 para estados e municípios

Entidades querem alíquotas específicas para a cadeia



Da esq. p/ dir., Gustavo Brigagão, Fernando Silveira Filho, Eduardo Cucolo (mediador), Giovanni Cerri e Rodrigo Octávio Orair durante o evento, em SP

Pedro Lovisi

O setor privado da saúde apoia uma **reforma tributária**, mas defende uma alíquota diferente do IVA (imposto sobre valor agregado) para cada elo da cadeia.

A projeção é que essa nova taxa, discutida por governo e parlamentares, seja de 25%.

Importantes nomes do setor destacam que a alíquota unificada, como propõe o Executivo, vai diminuir a procura por serviços privados de saúde e, conseqüentemente, lotar o já saturado SUS (Sistema Único de Saúde).

O tema foi discutido na segunda-feira (3), em um seminário organizado pela Folha sobre os impactos da **reforma tributária** na saúde. O evento ocorreu no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, e foi mediado pelo jornalista Eduardo Cucolo.

A principal queixa do setor, segundo os participantes do debate, é que uma eventual alíquota única de 25% desencadearia, por exemplo, o aumento no valor de uma consulta ou procedimento médico.

"Hoje, um médico que trabalha em consultório tem que pagar **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) fixo e uma alíquota de 3,65% de PIS e Cofins. Com a implementação do sistema, essa alíquota vai para 25%, em um setor onde os insumos são irrisórios", afirmou Gustavo Brigagão, advogado tributarista que atua pontualmente em clientes do setor.

De acordo com a proposta do IVA, as empresas poderão abater suas despesas ao pagar o imposto. Com isso, quanto menos insumos utilizados por médicos, clínicas e hospitais, maior será o tributo pago por eles. Na prática, porém, segundo o governo, não haverá diferença nos valores líquidos pagos entre

quem consome menos ou mais insumos, já que os últimos terão pago mais **impostos** ao adquirirem os produtos.

Para Fernando Silveira Filho, presidente executivo da Abimed (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde), é necessário zerar a alíquota de todo o setor. "Muitas dessas empresas se estabeleceram, ao longo dos últimos 30 anos, lastreadas por uma política tributária que incluiu diversas isenções, então esse aumento proposto fechará muitas delas", disse.

Tanto ele quanto Brigagão expuseram dados tributários de 2018 de países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). À época, a grande maioria deles adotava regime diferenciado para o setor ou o isentavam.

Outra pesquisa, com base em dados das consultoria EY e PwC, apontou que, de 118 países, 90 não tributam o setor e 7 tem tarifa reduzida. Os números foram levantados pela LCA Consultoria Econômica, a pedido da Confederação Nacional da Saúde.

Nesta quinta-feira (5) um grupo de nove entidades do setor, incluindo a Abimed, entregou aos deputados um manifesto que pede tratamento diferenciado na reforma.

Já Rodrigo Octávio Orair, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, acredita que a alíquota única implicará melhor redistribuição de renda no país. Ele faz parte do grupo do governo que fornece dados tributários ao Executivo e ao Legislativo.

"As pesquisas de orçamento familiar mostram que os mais pobres consomem para além de alimentos, como itens de higiene pessoal e telefonia celular, que são supertributados. No fim das contas, quando pegamos todas essas alíquotas diferenciadas que existem hoje no Brasil e simulamos como ficaria a distribuição com uma alíquota uniforme, a desigualdade do sistema é reduzida", diz.

Ele destaca que a tributação atual do país favorece os mais ricos, principalmente devido aos encargos mais baixos do setor de serviços, como os planos de saúde.

"A maior parte das 50 milhões de pessoas que têm plano de saúde paga com muita dificuldade. E faz isso porque o acesso ao setor público é deficiente. Não podemos encarar as pessoas que têm plano de saúde como privilegiadas", afirma Giovanni Cerri, presidente do Instituto Coalizão Saúde.

Na proposta para a criação do IVA, o governo estuda a elaboração de uma ferramenta para restituir os **impostos** pagos pelo consumidor final de baixa renda. O cashback, como é chamado o dispositivo, seria aplicado em despesas com saúde, educação e alimentação. Nesses casos, por exemplo, um paciente de baixa renda pagaria pela consulta médica e depois teria a parcela referente aos **impostos** devolvida pelo governo.

Não está certo, porém, como essa devolução seria feita. Hoje, qualquer pessoa, independentemente da renda, consegue deduzir, no Imposto de Renda, seus gastos com despesas médicas e educação -essa última com um limite de até R\$ 3.561,50.

Cerri é descrente do modelo. "O cashback é algo muito bonito na forma, mas vejo com extrema desconfiança que esse mecanismo funcione no Brasil, onde coisas muito mais simples não dão certo".

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50238&maxTouch=0&_ga=2.220563162.334495528.1680498398-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Regras novas, velhos riscos (Artigo)



Breno Lemos, professor de Finanças e Macroeconomia, foi superintendente da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças de Curitiba. breno.pascualote@gmail.

A proposta de arcabouço fiscal divulgada na quinta-feira passada apresentou um conjunto de regras que teriam como foco uma meta de resultado primário, o qual poderia flutuar em torno de uma banda. Partindo de -0,5% do **PIB** em 2023, a cada ano, o centro da meta fiscal seria ampliado em 0,5 ponto percentual até atingir um superávit primário de 1% do **PIB** em 2026. Uma banda de flutuação seria ajustada para mais ou menos 0,25 p.p., com vistas a evitar um cenário de contingenciamento das despesas públicas sempre que houvesse frustração de receitas. Segundo a proposta, o teto de gastos assumiria papel de coadjuvante e poderia oscilar dentro de uma outra banda cujo intervalo de crescimento real iria de 0,6% até 2,5% ao ano. Dentro desta faixa, a variação da despesa poderia ser igual ou menor a 70% da variação da receita primária total.

Ademais, se o resultado primário ficasse abaixo do intervalo inferior da banda de flutuação, seria aplicada uma penalização em termos da possibilidade de crescimento da despesa primária em que, para o exercício subsequente, passaria a ser igual ou menor do que 50% da variação da receita primária total. Já caso o resultado ficasse acima daquele intervalo, seria possível utilizar o excesso de arrecadação correspondente para incremento nos investimentos públicos no próximo exercício. Por fim, estipular-se-ia um piso para o investimento público, que deveria, pelo menos, permanecer constante em termos reais ao longo do tempo.

Todo este conjunto de regras teria como efeito último estabilizar a trajetória da dívida bruta ao redor de 75,8% do **PIB** em 2026. Este valor poderia cair até 73,6% do **PIB** caso houvesse um fechamento de 2 pontos percentuais na curva a termo da taxa de juros.

Neste contexto, realizamos algumas estimativas a

partir do Relatório de Projeções Fiscais do Tesouro Nacional publicado em dezembro. Os dados de 2023 foram atualizados de acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1o Bimestre de 2023. A série do **PIB** a preços correntes também foi atualizada a partir do valor publicado pelo IBGE relativo a 2022.

Dentre os parâmetros macroeconômicos utilizados nas projeções do Tesouro Nacional, merecem destaque o crescimento médio real do **PIB** de 2,3% ao ano entre 2023 e 2026, a convergência da **inflação** para 3% ao ano já a partir de 2024, e a redução da taxa Selic média anual de 12,8%, em 2023, para 7,8%, em 2026.

Isto posto, o esforço fiscal a ser empreendido entre 2023 e 2026 para que se chegue ao centro da meta fiscal correspondente a cada ano, já considerando os dispositivos do novo arcabouço, seria da ordem de R\$ 470 bilhões. Para ilustrar a magnitude de tal sacrifício, o valor mencionado representa 89% das projeções de despesas com o Bolsa Família no mesmo período, ou ainda, 87% do imposto de renda retido na fonte proveniente dos rendimentos do trabalho.

Esforço fiscal para que se chegue ao centro da meta entre 2023 e 2026 seria da ordem de R\$470 bilhões. Também é importante observar que, ao comparar a evolução da despesa primária decorrente da proposta com aquela constante nas Projeções do Tesouro, haveria a possibilidade de aumento nos gastos públicos da ordem de R\$ 104 bilhões entre 2024 e 2026. Chegamos a esta conclusão ao verificar qual dispositivo da regra proposta limitaria a despesa primária em nossas estimativas. Em 2024, por exemplo, prevaleceria o limite de 0,6% de crescimento real das despesas, enquanto que, para 2025 e 2026, o de 70% de variação da receita primária total.

Para além da análise quantitativa, durante a apresentação da proposta, percebeu-se uma ênfase na necessidade de efetivação da premissa de fechamento da curva de juros para que a estabilização fiscal fosse alcançada, o que poderia sinalizar uma ideia de responsabilização da condução da política monetária para com o resultado da política fiscal. Mais do que isto, como o alvo da regra fiscal se deslocaria do controle de despesas - o teto de gastos -, para uma meta de superávit primário, estaria implícito um aumento do risco associado a sua execução, pois seria dado novamente papel de protagonismo ao aumento de arrecadação. Tal risco reflete o fato de o

gestor público, enquanto orde-nador de despesas, ter mais controle sobre evolução dos gastos públicos do que sobre a arrecadação dos **tributos** lançados.

Aqui, o ponto de preocupação com o viés dado à arrecadação vai além da natural oposição de grupos de interesse mais afetados e de parcela da sociedade que tem relutado em aceitar nova rodada de aumento da carga tributária. Posta a necessidade de ampliação da arrecadação, esta poderia inclusive se tornar objetivo velado nas tra-tativas acerca da **reforma tributária** que se avizinha.

Um último tema que deveria ser olhado com cuidado neste debate é o mecanismo de punição empregado nos casos de descumprimento das metas fiscais. Ao transferir tal punição para o exercício subsequente, reduziria as chances de perpetuação do arcabouço sugerido ao longo do ciclo político, seja porque daria mais tempo para que se articule algum tipo de waiver com os outros poderes, seja porque, em anos eleitorais, após eventual troca de governo, abriria espaço para a proliferação de medidas que tivessem o objetivo de substituir ou alterar a regra fiscal em vigor.

O sucesso de uma regra tem muito a ver com a sua simplicidade, aplicabilidade e exequibili-dade. Em que pese, em termos de alinhamento de expectativas, a própria existência de uma regra em si seja positiva, e que, como foi apresentado, a flexibilidade que permeia a proposta favore-ceria sua aplicação, deve-se ressaltar que não se observa ganhos quanto a sua simplicidade, uma vez que tornaria mais complexa a trajetória das despesas primárias, nem tampouco no que diz respeito a sua exequibilidade, pois devotaria a elementos cujo controle da política fiscal é limitado o sucesso para o atingimen-to das metas definidas.

Logo, esta é a direção para a qual o debate deve evoluir a fim de se consolidar proposta que permita ao governo eleito cumprir sua agenda sem trazer à tona os velhos riscos que ameaçam os pilares da estabilidade fiscal.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187513>

Desinformações tributárias (Artigo)

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)

É indiscutível que o sistema tributário brasileiro tem muitos problemas, agravados, aliás, por incompreensíveis decisões judiciais e pela mora legislativa em relação a leis complementares, previstas na Constituição de 1988 e jamais editadas.

Esse quadro propicia a construção de falácias, saltos lógicos e desinformações de todos os gêneros.

Aponta-se, como evidência da complexidade do sistema tributário, a existência de alíquotas distintas de IPI para produtos de perfumaria. Se isso fosse um problema era algo que seria resolvido com um modesto decreto.

Outra evidência, inclusive utilizada em peça veiculada na internet, é o caso dos sapatos Crocs. Afirma-se que mudanças na classificação desses sapatos resultou em autuações fiscais. Erro palmar.

A questão não era tributária.

Tratava-se da aplicação pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) de direitos antidumping em importações de calçado da China. Além disso, a classificação já tinha gerado controvérsias no âmbito internacional, tendo demandado deliberação específica na Organização Mundial de Aduanas, em Bruxelas.

A pesquisa Doing Business, do Banco Mundial, é recorrentemente citada para justificar projetos de **reforma tributária**, sob a inverossímil alegação de que o pagamento de **impostos** no Brasil exigia mais de 2 mil horas anuais.

Afora ser matéria relacionada com o burocratismo e não com a natureza dos **tributos**, cerca de 97% dos contribuintes são optantes do Simples e do lucro presumido que cumprem suas obrigações com muita facilidade, graças à simplicidade dos regimes e aos eficientes aplicativos disponíveis.

De resto, a pesquisa foi "descontinuada" pelo banco, em 2021, em virtude de fraudes e inconsistências detectadas por auditoria independente.

Fala-se, também, em aumentar a arrecadação mediante revogação de benefícios fiscais.

Essa pretensão, contudo, encerra várias armadilhas: não é claro o conceito de renúncia fiscal, que muitas vezes inclui situações que decorrem de preceito constitucional de observância obrigatória, como a tributação das micro e pequenas empresas; a extinção de um benefício fiscal pode implicar o encerramento do negócio beneficiado, sem proveito para a arrecadação; o Código Tributário Nacional veda o cancelamento de benefício dado por prazo certo e sob condições.

Vence esse torneio de desinformações o anúncio de que uma **reforma tributária**, cujo escopo a rigor se desconhece, promoverá um crescimento de 10% no **PIB** brasileiro, em 15 anos. Há, também, quem acredite em duendes.

Everardo Maciel, Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entidades da saúde pedem que reforma conserve tributação diferenciada ao setor

Táisa Medeiros

Nove entidades do setor produtivo de bens e produtos da saúde divulgaram, nesta quarta-feira (5/4), um manifesto sobre a reforma do Sistema Tributário Nacional proposta pelo governo federal. O grupo pede que os bens e serviços relacionados à saúde tenham tributação diferenciada, devido a sua essencialidade e por se tratar de um direito garantido pela Constituição.

"A essencialidade da saúde deve nortear a **reforma tributária**", diz o documento. "Bens e produtos da saúde devem ser considerados de primeira necessidade e, por isso, devem ser tratados e encarados como política socioeconômica de saúde pública".

As organizações ressaltam que o setor da saúde é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país e "necessita de um tratamento diferenciado e menos oneroso para o cidadão e para o Estado" e que, portanto, garantir a tributação diferenciada para bens e produtos da saúde deveria ser prioridade, assim como o é em outros locais do mundo.

O setor de bens e produtos da saúde já conta com um regime tributário diferenciado, e a diferenciação dos preços teria fim com a nova reforma. "Isso acabará por dificultar a realização, a continuidade e a conclusão de investimentos no país, encarecerá produtos e serviços - tornando-os tecnologicamente defasados, inacessíveis à maior parte da população e menos competitivos em relação àqueles produzidos em países que subsidiam suas indústrias", argumentam as entidades.

Além disso, as organizações ressaltam a economia que o próprio Estado poderá desfrutar com a diferenciação dos preços. "O Brasil gasta 9% do **PIB** com saúde, dos quais 40 a 45% com gastos públicos. Aumentar a carga tributária de bens e produtos da saúde é, em larga medida, fazer o Estado cobrar mais de si mesmo, sem nenhuma garantia de que essa arrecadação retornará para o orçamento da

saúde", detalham.

O documento é assinado pelo Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (Abiis); Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde

(Abimed); Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (Abimo); Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde (Abraidi); Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac); Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial (CBDL); Grupo FarmaBrasil; Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) e Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/508-5381-entidades-da-saude-pedem-que-reforma-conserve-tributacao-diferenciada-ao-setor.html>

Lira articula votação expressa de arcabouço e reforma tributária

Ricardo Brito e Maria Carolina Marcello

O governo pode contar com a boa vontade do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a aprovação no menor tempo possível do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, mesmo diante de uma base governista ainda não consolidada nem testada, o que não deve blindar os projetos de mudanças pontuais, informaram duas fontes que acompanham as discussões.

A ideia do presidente da Câmara é pressionar pela celeridade das duas pautas porque avalia que elas têm a simpatia até de parlamentares independentes e é possível aprová-las a despeito da instabilidade do apoio ao Planalto.

Lira já anunciou que o relator do novo marco fiscal, por exemplo, será do PP, assim como o relator que já trata da **reforma tributária**, mais um indicativo de sua intenção de ter o controle das tratativas.

Além da aliança com o Planalto, selada no apoio dado pelo PT à sua reeleição, ele avalia que as aprovações vão contribuir para seu legado por conseguir aprovar a **reforma tributária** após décadas de tramitação no Congresso, e por entregar com rapidez o arcabouço fiscal, prioritário para investidores do mercado financeiro.

É possível, calcula uma das fontes, que a votação do arcabouço, cujo texto é prometido pelo governo para a semana que vem, não passe de maio -- permitindo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) possa ser votada já levando em conta o conteúdo aprovado para o marco fiscal -- e que a **reforma tributária** esteja resolvida ainda neste primeiro semestre.

Vai passar, disse uma das fontes, referindo-se às novas regras fiscais (que precisam de 257 votos, maioria absoluta) e à reestruturação do sistema tributário (308 votos).

Esse é um tema que mesmo aqueles independentes estão com o governo.

O esforço de Lira para aprovar a pauta econômica prioritária governista é um alívio para o Planalto, que não testou na prática seu nível de apoio na Câmara e só conta com garantidos 126 votos de partidos

oficialmente pró-Lula.

As demais siglas, a começar pelo PP de Lira, têm tanto integrantes governistas como opositores e seu apoio deve flutuar de acordo com a pauta.

Mesmo nestas duas matérias, a avaliação é que são altas as chances de importantes mudanças no texto.

PAUTA DA CNI

Lira também tem interesse na aprovação de temas apontados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) como prioritários, entre eles o aprimoramento da lei do licenciamento ambiental, a regulamentação do mercado de crédito de carbono, e a modernização do setor elétrico.

Numa outra sinalização pró-mercado, o presidente da Câmara também já teria alertado os líderes de bancada de que não tem a intenção de dar andamento às chamadas pautas bomba, medidas com impactos econômicos negativos para o governo.

Lira também tem disposição de tocar ao menos 4 medidas provisórias de interesse do governo Lula, apesar da disputa com o Senado sobre a tramitação das MPs.

Já ficou acertada a instalação de comissões mistas para a próxima semana para as medidas que tratam do Bolsa Família de 600 reais, da recriação do Minha Casa, Minha Vida, e da reorganização dos ministérios, além da que retoma o voto de desempate nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Uma das fontes considera certo que as MPs passem por mudanças no decorrer da tramitação no Congresso, principalmente a que trata da Esplanada dos Ministérios. É possível que ela incorpore temas de outras medidas que também modificam a estrutura administrativa e provável que ela sofra pressões da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que se ressentem do que considera um esvaziamento do Ministério da Agricultura e Pecuária.

A fonte aponta, no entanto, que a insistência de Lira em discutir o rito das medidas provisórias responde a demanda quase unânime dos líderes da Casa. O

presidente teria feito espécie de mea culpa sobre como colocou a necessidade de rediscutir a tramitação das MPs, mas segue apoiando que o tema seja abordado na próxima sessão do Congresso Nacional.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/lira-articula-votacao-expressa-de-arcabouco-e-reforma-tributaria,b526aa474535d157499cec32235aadf2wxroffgo.html>

Reforma tributária vai dar um choque de credibilidade na economia nacional, diz Haddad

BRASÍLIA (Reuters) - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira que a proposta de **reforma tributária**, que tramita no Congresso, vai dar um choque de credibilidade na economia, além de favorecer trabalhadores e exportações e de desafogar o Judiciário.

Essa **reforma tributária** vai dar transparência, vai dar eficiência, vai dar um choque de credibilidade para a nossa economia. Vai atrair investimentos, vai desonerar as nossas exportações, vai favorecer o trabalhador de baixa renda, que vai poder consumir produtos a um preço melhor e mais transparente, disse Haddad, em cerimônia no Palácio do Planalto de assinatura de decreto de ampliação do saneamento básico com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e governadores.

Haddad agradeceu aos 27 governadores por apoiarem a reforma de forma unânime e destacou que a elaboração do texto, segundo ele, acatará sugestões de aperfeiçoamento de toda a sociedade para que nós possamos ter um sistema tributário seguro, uma base fiscal segura, não apenas para a União.

O ministro também ressaltou que o ritmo de julgamentos do sistema judiciário deve ser acelerado com a aprovação da reforma. Segundo Haddad, 40% dos processos em andamento são matérias do âmbito tributário.

As duas propostas em discussão sobre o tema, que já tramitavam no Congresso, preveem a unificação de **impostos** sobre bens e consumo. Uma delas, em tramitação na Câmara, estipula a adoção de apenas um tributo, enquanto outra, em análise no Senado, propõe uma tributação dual, com um IVA para a União e outro para os demais entes federativos.

Na terça-feira, o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Rodrigo Orair, disse que os debates em torno da **reforma tributária** avançam para a implementação de um IVA dual, dividido entre uma Contribuição de Bens e Serviços (CBS) federal e um Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) de caráter subnacional, gerido conjuntamente entre Estados e

municípios.

(Por Victor Borges)

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Reforma tributária vai dar um choque de credibilidade na economia nacional, diz Haddad

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/05/reforma-tributaria-vai-dar-um-choque-de-credibilidade-na-economia-nacional-diz-haddad.htm>

Alckmin diz que reforma tributária pode trazer a retomada do crescimento

Correio Braziliense

O vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, participou de um jantar na noite desta terça-feira (4/4) para lançar a agenda legislativa da Frente Parlamentar por um Brasil Competitivo. Durante o evento, o ministro disse que os pré-requisitos para a retomada do crescimento brasileiro serão preenchidos com a discussão da **reforma tributária** e a proposta de arcabouço fiscal apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na avaliação de Alckmin são três os fatores necessários para que o país saia de um processo de estagnação da economia. O primeiro é o câmbio, que, na avaliação do vice-presidente, hoje está sob controle. O segundo é a complexidade tributária brasileira, que eleva o Custo Brasil, mas que poderá ser resolvida com a **reforma tributária**. E o terceiro são os altos juros praticados a partir das definições tomadas pelo Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

"O câmbio está bom. O imposto, a **reforma tributária** vai melhorar. E os juros, com a nova âncora fiscal, vamos entrar no ritmo da redução", avaliou Alckmin. O vice-presidente apontou também que há hoje no Congresso um ambiente para o avanço e aprovação da **reforma tributária**. "O presidente Lula é um entusiasta. E Lira e Pacheco estão comprometidos", disse, referindo-se aos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/>

***5085299-alckmin-diz-que-reforma-tributaria-pode-trazer-
a-retomada-do-crescimento.html***

Simone Tebet defende reforma tributária e novas regras fiscais



Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/05/TVSBTDF-12.36.42-12.38.20-1680715668.mp4>

Haddad foi bem-sucedido com nova regra fiscal

Haddad foi bem-sucedido com nova regra fiscal - Ministro foi inteligente ao apresentar arcabouço fiscal em etapas, provocando reações positivas de aliados e do mercado financeiro. Se fizer o mesmo com a **reforma tributária**, será uma grande vitória para o Brasil. É um espetáculo surpreendente o que o Ministério da Fazenda vem realizando nos últimos dias, quase semanas. O objetivo é apresentar uma nova regra fiscal de forma que não assuste o próprio Partido dos Trabalhadores, o mercado financeiro e, acima de tudo, o presidente Lula.

Para antecipar: Fernando Haddad e sua equipe tiveram um sucesso extraordinário até agora. Mas o que está em jogo?

Com a nova regra, o governo visa encontrar um sucessor para o teto de gastos de 2016. O teto visava limitar, ao longo de 20 anos, o crescimento dos gastos da União ao nível da **inflação** do ano anterior. A lógica é que, se o governo nunca gasta mais do que arrecada, então em algum momento a dívida diminuiria. Mas o governo Jair Bolsonaro, sob o ministro da Economia neoliberal Paulo Guedes, rapidamente minou a regra: com despesas extras relacionadas à pandemia e à campanha eleitoral, os gastos do governo voltaram a subir acentuadamente.

O governo Lula enfrenta agora a difícil tarefa de apresentar uma nova regra fiscal que corresponda à constelação política de 2023: ao fazê-lo, está preso entre as demandas do mercado financeiro e as ideias de seu próprio partido. Em princípio, para Lula e seu PT, despesas públicas altas e crescentes são uma bênção - mesmo que para isso o Estado tenha que contrair dívidas, aumentar **impostos** ou ambos.

Os investidores que emprestam dinheiro ao Estado brasileiro atentam especialmente para um indicador: o saldo orçamentário menos o pagamento de juros. Se o orçamento primário for positivo, a dívida diminuirá. Se for negativo, como agora, então a dívida vai continuar crescendo.

É de acordo com essas previsões que eles ajustam seus prêmios de risco, ou seja, os juros que cobram para emprestar dinheiro ao Brasil.

Revelando o segredo em etapas

Haddad tem adotado agora uma abordagem psicológica inteligente para evitar provocar reações negativas: ele e sua equipe divulgaram a nova regra fiscal pouco a pouco. Duas semanas atrás, o ministro começou a apresentar o projeto aos aliados políticos e aos presidentes do Congresso. As reações do campo político foram favoráveis. O PT ficou satisfeito que os gastos com saúde e educação não serão restringidos.

Membros conservadores do governo, como o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, também confirmaram que está tudo sob controle.

Quando Haddad revelou um pouco mais sobre a nova regra fiscal ao mercado financeiro, em meados da semana passada, o alívio foi grande: o governo visa ter um superávit primário até 2026! Isso acalmou imensamente os mercados: o real subiu significativamente, assim como a bolsa de valores. Os comentários foram claramente positivos.

O fato de Haddad ter deixado em aberto como pretende gerar essa receita adicional, não foi um problema. Os investidores também ficaram menos incomodados com o fato de que o primeiro passo da nova regra fiscal será um aumento significativo das despesas. A hora da verdade será quando o governo apresentar todo o projeto de lei, pois então se deverá detalhar onde e como essa receita maior será gerada.

Aposto que se Haddad tivesse apresentado o projeto de lei de uma só vez, a reação do mercado financeiro, do PT e também de Lula teria sido negativa.

Mas o ministro da Fazenda aproveitou com inteligência a viagem cancelada do presidente à China e o vácuo na agenda política de Brasília. Ele preparou psicologicamente todos os afetados pela nova regra. Existem agora inúmeras outras etapas, nas quais Haddad terá que fazer o arcabouço fiscal passar pelo Congresso o mais ileso possível. Mas ele teve um começo surpreendentemente bom.

Isso dá esperanças de que Haddad prosseguirá com a **reforma tributária** com a mesma inteligência em termos psicológicos e estratégicos. Algo que seria uma grande vitória para o Brasil.

Há mais de 25 anos, o jornalista Alexander Busch é correspondente de América do Sul do grupo editorial Handelsblatt (que publica o semanário Wirtschaftswoche e o diário Handelsblatt) e do jornal Neue Zürcher Zeitung. Nascido em 1963, cresceu na Venezuela e estudou economia e política em Colônia e em Buenos Aires. Busch vive e trabalha em São Paulo e Salvador. É autor de vários livros sobre o Brasil.

O texto reflete a opinião do autor, não necessariamente a da DW.

Autor: Alexander Busch

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Haddad foi bem-sucedido com nova regra fiscal

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/04/05/haddad-foi-bem-sucedido-com-nova-regra-fiscal.htm>

Governo adia entrega do novo arcabouço fiscal para a próxima semana

Com o Congresso esvaziado por conta do feriado da Semana Santa, o texto do arcabouço fiscal, inicialmente previsto para ser entregue aos parlamentares nesta quarta-feira (5), ficou mesmo para semana que vem. A equipe econômica aproveita esses dias para fazer os ajustes finais no texto e trabalha com a data limite de 14 de abril, um dia antes do envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Congresso.

Ao participar de audiência sobre a **Reforma Tributária** na Câmara, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, pediu que os parlamentares olhassem o texto das novas regras com carinho. E se mostrem dispostos a buscar consenso em outro assunto prioritário: a **Reforma Tributária**. A ministra ainda foi bem clara: enquanto o arcabouço fiscal resolve um problema interno, de credibilidade do governo, a **Reforma Tributária** vai garantir um crescimento sustentável e duradouro para o país. Uma verdadeira "bala de prata".

E o feriado acabou adiando também a instalação de comissões mistas de medidas provisórias. Pelo acordo, na próxima semana serão instaladas quatro: a que trata da reorganização dos ministérios, com instalação marcada para terça-feira, a que trata do voto de desempate em julgamentos do **Carf** e as que retomaram o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida.

Já o anúncio dos nomes para as diretorias do Banco Central será feito na volta da viagem de Lula à China. Serão escolhidos os diretores de Política Monetária e de Fiscalização. Os dois serão sabatinados pelo Senado.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-04/governo-adia-entrega-do-novo-arcabouco-fiscal-para-proxima-semana>

Haddad diz ter debatido com Campos Neto possível mudança no calendário de metas de inflação

Por Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ter debatido com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, nesta segunda-feira (3) uma possível mudança no calendário de metas de **inflação** para os próximos anos. O ministro, no entanto, negou qualquer intenção de alterar a meta de **inflação** deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos.

"[Nos próximos anos] será o momento de verificar se as metas foram bem calibradas. Se é o caso de manter, se é o caso de não adotar o calendário gregoriano, se é o caso fazer aquela meta contínua que a maioria dos países adota", declarou Haddad, durante evento do Bradesco BBI nesta terça-feira (4). Segundo ele, apenas o Brasil e a Turquia fixam metas para o ano-calendário. Os demais países adotam o sistema de calendário contínuo, no qual o Banco Central atinge a meta pouco a pouco, por aproximação.

O ministro repetiu a intenção de buscar a harmonização das políticas monetária e fiscal. Segundo Haddad, o envio do novo arcabouço fiscal ao Congresso e a aprovação da **reforma tributária** poderão gerar um "choque de crescimento" em 2024, caso o Banco Central contribua com a redução dos juros.

"Se a política monetária vier ao encontro dos resultados fiscais anunciados, com as bênçãos do Congresso e do Judiciário, vamos chegar ao fim do ano com um ambiente econômico favorável", ressaltou o ministro.

O encontro entre Haddad e Campos Neto ocorreu no fim da tarde de segunda-feira, no prédio do Ministério da Fazenda. O presidente do BC entrou e saiu pela garagem, sem falar com a imprensa. Cerca de uma hora depois da reunião, Haddad disse que o encontro foi uma "reunião de rotina", em que vários assuntos foram tratados.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/04/05/haddad-diz-ter-debatido-com-campos-neto-possivel-mudanca-no-calendario-de-metas-de-inflacao.ghtml>

Simone Tebet defendeu que o Congresso aprove reforma tributária possível

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/05/RDIOCMARAFM969DF-07.30.24-07.33.27-1680710714.mp3>

Alckmin sobre reforma tributária: Há solução para setores, podemos ter mais de uma alíquota

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou nessa terça-feira, 4, que é possível ter mais de uma alíquota na **reforma tributária** para atender a setores que estão preocupados com as mudanças negociadas no Congresso.

A **reforma tributária** vai melhorar, porque vai estimular o investimento, vai simplificar, vai estimular exportação. Alguns tipos de indústria se não exportarem, fecham. A empresa que exporta consegue avançar mais, disse Alckmin, durante discurso em evento de posse da nova diretoria da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, presidida pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Site: <https://www.jb.com.br/economia/2023/04/1043057-alckmin-sobre-reforma-tributaria-ha-solucao-para-setores-podemos-ter-mais-de-uma-aliquota.html>

Reflexões sobre a reforma tributária

Por *Tiago Cavalcanti e Aloisio Araujo*

Desde que Frank Ramsey, célebre matemático, filósofo e economista inglês, publicou seu artigo seminal sobre tributação ótima do consumo em 1927, o desenho eficiente da estrutura tributária de um país tem provocado intensos debates, especialmente entre economistas.

A teoria de tributação ótima procura determinar uma estrutura de taxa que busque a eficiência na alocação dos recursos, dada as restrições de arrecadação dos governos. Os principais resultados teóricos neste tópico têm influenciado propostas de reformas tributárias em diversos países ao longo de quase um século.

Se a evasão fiscal for muito elevada entre os bens finais, a tributação de bens intermediários pode ser indispensável

No artigo "Optimal Taxation in Theory and Practice", publicado no Journal of Economic Perspectives, em 2009, Mankiw, Weinzerl e Yagan revisaram vários resultados da teoria econômica sobre tributação ótima. Uma das principais conclusões do artigo é que apenas bens finais devem ser tributados em uma alíquota única. A ideia central é que bens intermediários não devem ser tributados, já que a presença de **tributos** na cadeia produtiva distorce as alocações dos fatores de produção, como capital e trabalho, entre as empresas e setores. Além disso, bens finais semelhantes devem ser tributados uniformemente, para evitar a distorção das decisões de consumo dos indivíduos e, conseqüentemente, a queda de bem-estar.

No Brasil, a proposta de **reforma tributária** da PEC 45/2019 visa simplificar, reduzir a complexidade e aumentar a transparência do sistema tributário, unificando vários **tributos** federais, estaduais e municipais em um único imposto sobre bens e serviços (IBS).

O IBS segue o modelo dos **impostos** sobre o valor adicionado (IVA), que corresponde ao desenho de tributação de bens e serviços na maioria dos países desenvolvidos. O IVA não incide em cascata em cada etapa da produção, bens intermediários não são tributados, e é, portanto, diferente das outras formas de tributação indireta, como a tributação sobre o faturamento das empresas. Assim, a **reforma tributária** atualmente proposta no Brasil tem

fundamentos analíticos sólidos, baseados em resultados rigorosos da teoria econômica de tributação ótima.

No entanto, a grande maioria dos artigos sobre tributação ótima não considera a questão da sonegação fiscal. No Brasil, não só a evasão de **tributos** é elevada, como também é heterogênea entre os setores produtivos. Atividades como agricultura e construção civil têm alta evasão fiscal, enquanto produção de petróleo e gás e intermediação financeira têm evasão fiscal relativamente mais baixa.

Além disso, o comportamento da sonegação fiscal varia de forma significativa por setor produtivo em resposta a mudanças nas alíquotas de **impostos**. Essa é a conclusão apresentada no estudo "Should Governments Tax Commodities Uniformly? Theory and Evidence from Brazil", que realizamos em conjunto com os economistas Breno Albuquerque e Gil Navarro.

Em 1999, houve um aumento quase uniforme de 50% na alíquota do Cofins, imposto que incide sobre o faturamento das empresas, para todos os setores de atividade, enquanto o imposto PIS, que também tem incidência sobre o faturamento, permaneceu inalterado. Com base nessa mudança do Cofins e na manutenção da alíquota do PIS, foi possível calcular a diferença entre o aumento real da receita fiscal de cada setor produtivo e o aumento que teria ocorrido na ausência de evasão fiscal do Cofins. Esse cálculo permitiu determinar a elasticidade da evasão fiscal em relação à alíquota do imposto por setor de atividade no Brasil.

Os resultados obtidos indicam que um aumento de 50% na alíquota de um imposto, como ocorreu com a Cofins, resulta em um aumento da evasão fiscal de 18% na construção civil e apenas 2,5% no setor de intermediação financeira, evidenciando uma heterogeneidade significativa entre setores.

Com base nesta motivação empírica, introduzimos a evasão fiscal em um modelo econômico que considera diversos setores produtivos com bens intermediários e finais. Constatamos que, na maioria dos casos, não deve haver tributação sobre os bens intermediários. Ou seja, a estrutura do IVA se mostra robusta quando a evasão fiscal é considerada, porém a tributação uniforme de bens finais não é necessariamente recomendável do ponto de vista de eficiência econômica.

A explicação fundamental é que uma alíquota uniforme não implica uma taxa efetiva uniforme, uma vez que setores com maior evasão fiscal tendem a apresentar alíquotas efetivas menores. Ademais, demonstramos que se a evasão fiscal for significativamente elevada entre os bens finais, a tributação de bens intermediários pode ser ótima e indispensável.

Nosso objetivo não é argumentar que a proposta de **reforma tributária** atualmente em curso na Câmara Federal se mostra equivocada. Evidente que há vários pontos cruciais de simplificação e transparência que poderiam levar à redução da evasão fiscal e diminuição do lobby político dos diversos setores produtivos em busca de menores alíquotas. No entanto, é fundamental compreendermos as características da economia brasileira e reconhecermos que a maioria das propostas para a implementação de um IVA único não leva em conta a evasão fiscal e sua heterogeneidade entre os distintos setores produtivos. Além do mais, poucos países de fato tem IVA único.

O debate precisa ser aprofundado para chegarmos a um estrutura tributária minimamente eficiente. Não podemos perder esse atual momento histórico quando as mais diversas correntes políticas verbalizam que irão apoiar esta importante reforma para o país.

Tiago Cavalcanti é professor titular de Economia da Universidade de Cambridge, da FGV-EESP e colunista do Valor.

Aloisio Araujo é professor titular da FGV-EPGE e pesquisador emérito do IMPA

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Reflexões sobre a **reforma tributária**

Site: <https://valor.globo.com/opiniaocoluna/reflexoes-sobre-a-reforma-tributaria.ghtml>

Governo patina em propostas com sustentabilidade fiscal

Por Estevão Taiar - De Brasília

Prestes a completar 100 dias, na segunda-feira, dia 10, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) segue com dificuldades para dar sinais mais concretos sobre a sustentabilidade das contas públicas e iniciar um novo ciclo de crescimento da economia. Além disso, medidas de impactos mais rapidamente perceptíveis, como a renegociação de dívidas de pessoas físicas, ainda não foram colocadas em prática.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem atuando para reverter políticas adotadas no fim do governo Bolsonaro, apaziguar ânimos dentro do próprio governo e colocar de pé uma agenda estrutural - que inclui não apenas o novo arcabouço fiscal, mas também a **reforma tributária**. Mesmo assim, diversos economistas afirmam que as perspectivas continuam incertas.

"Terminamos 2022 com muitas dúvidas", diz Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos. "Hoje, com 100 dias, temos dúvidas adicionais."

A política econômica da atual administração começou a ser implantada ainda em 2022, durante a transição de governo.

Na época, diversos assessores de Lula consideravam que o Orçamento proposto pelo então presidente Jair Bolsonaro para este ano estabelecia um patamar excessivamente baixo para as despesas primárias da União (aquelas que não levam em conta a dívida pública).

Para esse grupo, o patamar impossibilitava a realização de uma série de políticas públicas consideradas essenciais, como o novo Bolsa Família e a recomposição do Farmácia Popular.

O impasse foi resolvido com a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição, que permitiu ao governo federal aumentar o teto de gastos em R\$ 145 bilhões neste ano.

Haddad afirma com frequência que, para implantar "medidas eleitoreiras", Bolsonaro e o então ministro da Economia, Paulo Guedes, deixaram "um rombo de R\$ 300 bilhões" para 2023. Segundo o sucessor de

Guedes, a solução desse rombo ocupou até aqui parte considerável da sua agenda. Há poucas semanas, o titular da Fazenda afirmou que as medidas "irresponsáveis" adotadas por Bolsonaro em 2022 vinham consumindo aproximadamente 70% do seu tempo.

Já no cargo de ministro, Haddad implantou a leva inicial de medidas logo na primeira quinzena de janeiro. O objetivo era diminuir o déficit primário deste ano, previsto em R\$ 231 bilhões no Orçamento.

As mudanças visam aumentar a arrecadação e têm impacto máximo de aproximadamente R\$ 242 bilhões - equivalente a 2,26% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e suficiente para gerar um pequeno superávit primário. Entre elas, estão alterações no voto de desempate no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), o que na teoria tende a beneficiar a União nos julgamentos tributários. Mas tanto o ministro quanto o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, vinham afirmando que um rombo de aproximadamente R\$ 100 bilhões era considerado uma meta mais factível.

O cálculo está em linha com a projeção mediana mais recente do mercado, de déficit de R\$ 99 bilhões, segundo o relatório Prisma Fiscal, do Tesouro, realizado até 5 de março.

A primeira vitória mais concreta de Haddad no período foi a reoneração de **impostos** federais sobre combustíveis, fruto de uma batalha nos bastidores com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. A desoneração foi uma das "irresponsabilidades" realizadas meses antes da eleição presidencial pelo governo Bolsonaro, com a justificativa de que a guerra na Ucrânia tinha causado graves distorções nos preços dos combustíveis.

O ministro da Fazenda conseguiu, no entanto, retomar parcialmente a cobrança do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) sobre gasolina e etanol. A reoneração, ao lado da implantação de um imposto de 9% sobre a exportação de óleo bruto, foi suficiente para alcançar a arrecadação adicional de R\$ 28,8 bilhões planejada por Haddad.

Na semana passada, foi a vez de ele apresentar as

linhas gerais do novo arcabouço fiscal. A regra que substituirá o teto de gastos prevê as despesas crescendo no máximo a 70% das receitas até o fim do terceiro mandato de Lula. Mas isso depende de metas estabelecidas para o resultado primário consideradas ambiciosas por vários especialistas em contas públicas.

Haddad e Ceron admitem que, para alcançar a meta prevista para este ano (aproximadamente R\$ 50 bilhões) será necessária uma nova leva de medidas semelhante às adotadas no começo do ano e que deve ser apresentada nesta semana. Já a Lei Complementar que estabelece o novo arcabouço ainda precisa ser aprovada pelo Congresso.

O ministro da Fazenda também vem encontrando dificuldades técnicas para implantar outra das grandes prioridades deste início de governo: o Desenrola, programa que tem o objetivo de ajudar a renegociar R\$ 50 bilhões em dívidas contraídas 37 milhões de pessoas físicas.

A apresentação do programa foi sinalizada por Haddad desde janeiro, sem se concretizar. No início de março, o ministro reconheceu que o sistema virtual que cruzaria todas as informações necessárias era "complexo" e que a contratação do desenvolvimento desse mesmo sistema estava apenas começando.

Um dos principais focos da política econômica do terceiro mandato de Lula é a **reforma tributária** sobre consumo, que substitui cinco **impostos** e uma contribuição por um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cobrado sempre no destino. Os **tributos** são PIS/Cofins, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Economistas de diferentes escolas de pensamento afirmam que, nos moldes propostos, a reforma tende a simplificar de maneira significativa a cobrança de **impostos** no Brasil, o que teria impactos também significativos sobre o crescimento da economia.

O ministro, citando cálculos do secretário especial da Fazenda para o tema, Bernard Appy, já afirmou que as mudanças podem elevar o **PIB** entre 12% e 20% depois de 15 anos da implantação.

"O avanço nas discussões sobre a **reforma tributária** é bastante promissor", diz Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter. Atualmente, a PEC que trata do tema está em discussão no Grupo de Trabalho (GT) criado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Embora seja o protagonista da agenda econômica de

Lula 3, Haddad tem responsabilidade por apenas uma parcela dela.

A influência limitada se deve tanto pela influência do próprio presidente quanto pelo desmembramento realizado por Lula no Ministério da Economia, que até o ano passado tinha Guedes como titular.

A divisão da pasta levou à recriação de outros três ministérios: Planejamento e Orçamento, comandado pela ex-senadora e candidata à Presidência, Simone Tebet; Desenvolvimento, Indústria e Comércio, comandado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin; Previdência, comandado pelo presidente do PDT, Carlos Lupi. Também têm influência sobre a agenda econômica atores como o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, e principalmente o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Em alguns casos, a atuação de outros ministérios, além da exercida diretamente pelo próprio Lula, gerou turbulências com o titular da Fazenda. Entram na lista a elevação do salário mínimo para R\$ 1.320 e a redução dos juros máximos mensais dos empréstimos consignados para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em ambos os casos, o ministro da Fazenda era contra as medidas, pelo menos nos moldes em que elas foram inicialmente propostas. Como agravante, tanto Haddad quanto Costa são considerados possíveis sucessores de Lula em 2026, o que causou desentendimentos entre os ministros nos bastidores, principalmente durante a elaboração do arcabouço.

Mas nenhuma das discussões nas quais o ministro da Fazenda acabou envolvido foi maior do que a protagonizada por Lula e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Desde janeiro, o presidente da República chamou Campos de "esse cidadão", criticou diversas vezes a política monetária conduzida pelo BC e defendeu mudanças na meta de **inflação** - tudo isso em um momento delicado, de consolidação da autonomia da autoridade monetária e substituição de dois diretores do Comitê de Política Monetária (Copom).

Embora tenha atuado em várias ocasiões para diminuir a tensão, o próprio Haddad também fez questão de, minutos depois da última reunião do Copom, afirmar a jornalistas que considerava o tom do **comunicado** do BC "muito preocupante".

Na ocasião, o colegiado manteve a Selic em 13,75% ao ano e repetiu frase presente em comunicados anteriores, de que não hesitaria "em retomar o ciclo de

ajuste [monetário] caso o processo de desinflação não transcorra como esperado". Dias depois, Tebet fez críticas semelhantes ao BC.

Para Juan Jensen, sócio da consultoria 4intelligence, "os primeiros 100 dias foram muito ruins na questão monetária".

"O governo acabou arrumando problema onde não existia. Isso contaminou as expectativas de **inflação** [um dos fatores considerados pelo BC para conduzir a Selic], que têm subido e que acabam demandando até mais juros", afirma. Ele destaca que "a curva de juros subiu em todos os seu vértices, o que encarece o crédito e enfraquece a atividade econômica". "O debate todo só gerou resultados ruins, que serão colhidos pelo próprio governo Lula", diz.

Na avaliação de Julia Braga, professora de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), medidas já adotadas ou sinalizadas podem "reverter esta fase de baixa do ciclo econômico", causada por alta dos juros no Brasil e perda de fôlego da economia mundial. Entre essas medidas, estão o aumento acima da **inflação** do salário mínimo, a ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) e a implantação do Desenrola. A professora da UFF também destaca positivamente propostas "que tendem a possuir efeito mais estrutural, de longo prazo". Ela cita como exemplos a intenção do BNDES de lançar um novo instrumento para captar recursos, chamado de Letra de Crédito de Desenvolvimento e o plano do governo de interromper a liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Governo patina em propostas com sustentabilidade fiscal

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/04/05/gover-no-patina-em-propostas-com-sustentabilidade-fiscal.ghtml>

Reforma tributária usará 'cashback' para criar benefícios na área de educação, diz Appy

Por Geralda Doca, Manoel Ventura e Thiago Bronzatto - Brasília

Escalado pelo governo Lula para aprovar a **reforma tributária**, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, diz que acompanha o tema há muitos anos, mas nunca viu um clima tão favorável para tirar do papel um projeto que tramita há mais de três décadas no Congresso.

Ao GLOBO, ele reconhece que precisa contornar resistências de alguns setores, admite que as áreas de saúde e educação poderão ter tratamento diferenciado no novo modelo de cobrança de **impostos** e diz que alguns serviços prestados para o consumidor final "poderão ter um aumento de tributação em relação à situação atual".

A proposta discutida com parlamentares funde **impostos** federais e estaduais, dando lugar ao chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que teria uma alíquota geral de 25%. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é o balanço que o senhor faz do estágio atual da **reforma tributária** e a perspectiva de aprovação?

Estou bastante otimista com relação à aprovação no Congresso. Acompanho esse tema há muitos anos e nunca vi um clima tão favorável. É óbvio que tem um trabalho a ser feito e o relatório ainda precisa ser apresentado, mas acredito que o clima é bastante favorável à aprovação, com alguns ajustes que serão necessários para poder viabilizá-la politicamente.

Quais são os ajustes necessários?

Não vou entrar em detalhes, porque isso será uma decisão política. Sabe-se que há algumas resistências setoriais e, portanto, vai ter que ter alguma construção para mitigar resistências. Há várias formas de fazer essa construção. Não tem um único modelo.

Qual será o melhor modelo considerando as duas propostas em tramitação?

O texto-base vai ser das duas PECs (propostas de emendas constitucionais). Os textos são muito mais semelhantes hoje. A questão é se vai ser um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) único ou um IVA dual.

A impressão que temos é que, do ponto de vista das empresas, o ideal seria ter um único IVA, porque é mais simples.

Do ponto de vista federativo, a nossa percepção é que o modelo de IVA dual ajuda mais politicamente a **reforma tributária**. Mas a diferença entre os modelos é muito pequena.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que há uma discussão de alíquotas diferenciadas para atender alguns setores. Como isso funcionaria?

Alíquota diferenciada é uma forma de tratamento setorial diferenciado e existem outros. Por exemplo: no caso de educação, ao invés de colocar uma alíquota menor que favorece a todos, do pobre ao rico e a classe média, pode ter um sistema em que faz um cashback (dinheiro de volta) do imposto pago por aluno até determinado valor.

Assim, se consegue fazer uma desoneração total ou quase total para uma pessoa de classe média e classe média baixa, que paga uma mensalidade baixa para o filho, e desonerar pouco a mensalidade da pessoa rica que coloca o filho na escola que custa R\$ 10 mil por mês. A alíquota diferenciada é uma possibilidade, e não necessariamente a que será adotada.

Como o "cashback" vai funcionar?

O que tem sido mais discutido é o uso do cashback com fins distributivos, para devolver o imposto incidente no consumo de famílias de baixa renda. Como isso vai ser feito? Isso está em aberto. Qual o instrumento pelo qual vai devolver? Tudo está sendo estudado.

Sociedades profissionais como advogados, médicos e contadores pagam hoje PIS/Cofins a 3,65%, uma vez que o ISS é um valor fixo que independe da receita. Com a reforma, passariam a um imposto único estimado em 25%. Isso é razoável?

Um prestador de serviços que está no meio da cadeia, como um advogado ou um contador que presta serviço para uma empresa, paga imposto e não recupera os créditos que adquire. No regime não cumulativo do IVA, ele recupera todo o crédito. Ele tem uma tributação mais alta, mas dá crédito integral para o

tomador do serviço.

Em prestação de serviço para o consumidor final, como educação e saúde, há indicações de que terá tratamento favorecido. Isso vai ser definido pelo Congresso. O restante dos serviços tem uma questão de saber o seguinte: quem consome serviço no Brasil são famílias ricas ou famílias pobres? São famílias ricas.

Quando se tributa menos o consumo de serviço do que o consumo de mercadoria, estamos tributando menos o rico do que o pobre.

Como assim?

O cidadão consome mercadorias e serviços, vai baixar o custo de um e eventualmente, aumentar o custo de outros. Por que tem que manter o sistema atual que tributa menos aquilo que o rico consome do que aquilo que o pobre consome? Essa questão tem que ser colocada no debate político.

Como vencer essa resistência do setor de serviços?

Na média, o custo do serviço prestado para a empresa vai reduzir em relação à situação atual. Não que todo mundo vai pagar mais. Vamos deixar bem claro: o custo líquido para o tomador de serviço vai ficar menor do que no sistema tributário atual. Alguns serviços prestados para consumidor final poderão ter um aumento de tributação em relação à situação atual.

A maior parte das mercadorias consumidas vai reduzir o custo em relação à situação atual. Tem que olhar o efeito sobre o poder de compra das famílias, e não o efeito sobre um setor específico.

Quais são os outros setores que podem ter tratamento diferenciado?

Se tiver, vão ser discutidos no Congresso. A nossa posição no Ministério da Fazenda é que tem o mínimo possível de exceções. Mas eu posso garantir que todos os setores da economia vão ser beneficiados. Não estou dizendo que são todas empresas do Brasil, mas todos os setores, sim.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o governo ainda não tem base para aprovar a reforma...

Ela é uma agenda suprapartidária. Não é uma agenda ideológica, de esquerda ou de direita, é uma agenda a favor do Brasil. Eu não acredito que seja uma reforma que vai ser votada (na lógica de) governo contra a oposição.

Os temas que vão estar em debate não são de natureza ideológica. Eu converso com parlamentares de todas as linhas políticas. A reforma tem aderência.

O presidente Lula tem se engajado?

A reforma é uma prioridade do governo, isso é muito claro. O presidente Lula entrará na hora necessária, certamente, ele entrará em campo. O presidente Lula está apoiando internamente e ele certamente entrará em campo politicamente, quando ele achar que é adequado.

O ministro Fernando Haddad disse que pretende avançar na desoneração da folha de pagamentos. Como ficará?

Estamos discutindo a tributação do consumo. No segundo semestre vamos discutir a renda e da folha de pagamentos. Não tem nada definido.

Para a desoneração dos 17 setores que mais empregam, que vence no fim do ano, o que será feito?

Isso é uma coisa muito específica. Quando se está discutindo a desoneração da folha, pode-se discutir coisas mais amplas do que simplesmente isso. A grande questão é saber como financiar. Isso vai ser discutido posteriormente.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/reforma-tributaria-usara-cashback-para-criar-beneficios-na-area-de-educacao-diz-appy.ghtml>

Reforma tributária: consumidor será informado na nota fiscal sobre qual é o preço dos produtos sem imposto

Por *Alexandro Martello, g1 - Brasília*

As principais propostas de **reforma tributária** sobre o consumo em discussão no Congresso Nacional contemplam uma maior transparência e precisão sobre o valor cobrado em **impostos**.

Se aprovada a mudança, será possível saber exatamente qual o preço do produto sem imposto - o que será obrigatoriamente informado na nota fiscal da compra. E, conseqüentemente, o valor dos **tributos** será destacado.

Atualmente, a lei determina que as notas fiscais tragam, ao menos, um valor aproximado dos **tributos**. Mas não há certeza sobre o valor exato dos **tributos** por conta das dificuldades de cálculo (veja mais abaixo nesta reportagem).

Nas prateleiras do supermercado

Nos Estados Unidos e em outros países mais desenvolvidos, os produtos são anunciados nas gôndolas dos supermercados sem a cobrança dos **impostos**. Na hora do pagamento, são acrescidos os **tributos**, que aparecem na nota fiscal detalhada.

Os textos ainda não determinam se, no Brasil, os produtos aparecerão nas prateleiras também sem **tributos**, ou se continuarão sendo divulgados preços com os **impostos** já embutidos. Isso será definido posteriormente.

A tendência, segundo técnicos envolvidos na **reforma tributária**, é que seja informado somente o preço com **impostos** nas prateleiras para facilitar o cálculo da população e evitar surpresas na hora do pagamento. E que o valor do imposto seja discriminado na nota fiscal, emitida após o pagamento.

Compras pela internet

Nas compras pela internet, entretanto, os preços dos produtos anunciados devem aparecer somente sem a incidência dos **impostos**.

Isso acontece porque a alíquota final do IVA que será

cobrada depende do local em que os produtos serão comprados (cobrança no destino), que variará de acordo com o estado e município.

Porém, na hora do pagamento, os **tributos** serão inseridos (de acordo com a alíquota cobrada por cada estado e município), o que aumentará o valor total pago.

A cobrança no destino é um dos princípios da **reforma tributária**. Atualmente, os **impostos** são cobrados na origem, ou seja, onde é feita a produção, o que tem gerado a chamada guerra fiscal - que é a concessão de benefícios pelos estados e municípios para atrair empresas.

A avaliação de analistas é que a guerra fiscal deve ser combatida, pois gera distorções, como a escolha de locais não adequados para a instalação de fábricas, e também a perda de arrecadação por estados e municípios.

Dificuldade de cálculo

A transparência e a precisão do valor informado dos **impostos** pagos será possibilitada por uma mudança proposta na **reforma tributária**: que o futuro IVA, que substituirá os **tributos** atuais (PIS, Cofins, ICMS e ISS) incida somente sobre o preço do produto, sistema conhecido como por fora.

No sistema atual, com **impostos** cobrados por dentro, o ICMS estadual incide sobre o próprio ICMS e, também, sobre o PIS/Cofins. Isso quer dizer que há **impostos** embutidos no preços servem de base para a cobrança outros **tributos**, o que dificulta o cálculo do imposto total está sendo pago nos produtos e serviços adquiridos.

Segundo o secretário Bernard Appy, do Ministério da Fazenda, apenas o Brasil, junto com a Bolívia, cobra imposto sobre o preço dos produtos e serviços por dentro - no qual há imposto embutido em cadeias anteriores.

Reforma tributária

Discutida há décadas e muito aguardado pelo setor produtivo, a **reforma tributária** é considerada essencial pelo governo para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é tido como caótico por empresários e investidores.

ENTENDA A REFORMA NOS **IMPOSTOS** SOBRE O CONSUMO

Duas propostas tramitam atualmente no Congresso Nacional servirão de base para o texto final, que ainda está em negociação. São elas:

PEC 45 - IVA Único para União, estados e municípios, mas um imposto seletivo (sobre produtos nocivos). PEC 110 - IVA Dual, ou seja, um imposto para estados e municípios, além de outro para o governo federal e, também, um imposto seletivo (sobre produtos nocivos).

As propostas em discussão contemplam a extinção do PIS, da Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Eles seriam trocados por um imposto sobre valor agregado, já existente em países desenvolvidos, que seria não cumulativo, ou seja, que seria pago uma só vez por cada etapa na cadeia (produtor, distribuidor e comerciante). Também haveria a cobrança de um imposto seletivo sobre produtos nocivos, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Apesar de prioritária, a reforma é considerada complexa do ponto de vista político. Diferentes governos tentaram, sem sucesso, fazer a **reforma tributária** nas últimas décadas, focados principalmente na tributação sobre o consumo.

As propostas esbarraram em resistências de caráter regional, partidário e de diferentes setores produtivos, todos representados no Congresso Nacional.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/05/reforma-tributaria-consumidor-sera-informado-na-nota-fiscal-sobre-qual-e-o-preco-dos-produtos-sem-imposto.ghtml>

Presidente da Febrafite diz que o país está maduro para aprovar reforma tributária

Raphael Pati*

O presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, acredita que, finalmente, o país está maduro para aprovar uma **reforma tributária**. Participante de um dos grupos de trabalho sobre o tema na Câmara dos Deputados, ele está otimista. Considera não estar remando contra a maré .

Pela primeira vez sinto que a maré está favorável. Criou-se um movimento a favor da reforma que tem sido reforçado com a ocupação de cargos relevantes para a matéria por gente muito qualificada, referência no debate, como é o caso do Bernard Appy, secretário-extraordinário da **Reforma Tributária** e de toda sua equipe , destacou Spada.

No Congresso Nacional, duas Propostas de Emenda à Constituição - a PECs 45/2019 e a PEC 110/2019 - concentram as principais ideias em relação à **reforma tributária**. Elas unificam **tributos** como PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI em um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA), já utilizado em 174 países.

As propostas também alteram a tributação sobre o consumo da população. Em vez de taxar o produto ou serviço na origem, a ideia é que o imposto seja aplicado no destino final. Em nível federal, o novo tributo seria chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já no âmbito dos estados e municípios, seria intitulado como Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

É uma proposta absolutamente necessária. O sistema tributário atual está esgotado, falido e não tem mais espaço para puxadinhos, reparos pontuais. Isso derruba a competitividade da nossa economia na comparação com outros países , argumenta o presidente da Febrafite.

Precisamos de uma reforma estrutural, sólida, e o texto que está em discussão no Congresso nos entrega isso na tributação do consumo. De modo geral, a proposta deixa o sistema mais eficiente, mais simples e mais justo, fazendo com que quem tem menos recursos, pague menos **impostos** , acrescenta.

Spada também vê com otimismo o modelo de fiscalização tributária. Na nova estrutura, a fiscalização

será um sistema único, integrado nacionalmente. Assim, todos os contribuintes serão fiscalizados uma única vez para todos os **tributos** , avalia.

No próximo dia 12, Rodrigo Spada é um dos convidados do Correio Talks: **Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos** , evento que reúne especialistas sobre o assunto, além de congressistas e membros do governo federal que trabalham em torno do tema. Os painéis serão transmitidos pelas redes sociais do Correio Braziliense e têm o patrocínio da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco).

Para o presidente da Febrafite, é fundamental mostrar, de forma clara, os benefícios que a **reforma tributária** trará ao Brasil. A **reforma tributária** não pode mais ser tema só de debates entre especialistas, é preciso que esteja disseminada para toda a sociedade , sustenta.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

DIÁRIO DE PERNAMBUCO ONLINE - RECIFE - PE
Presidente da Febrafite diz que o país está maduro para aprovar **reforma tributária**
THE WORLD NEWS
Presidente da Febrafite diz que o país está maduro para aprovar **reforma tributária**

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5085148-presidente-da-febrafite-diz-que-o-pais-esta-maduro-para-aprovar-reforma-tributaria.html>

Tebet diz ao Congresso que reforma tributária é urgente

Rosana Hessel

Anunciada na semana passada, a proposta de novo arcabouço fiscal só será encaminhada ao Congresso Nacional após o feriado da Páscoa. Mesmo sem o detalhamento necessário para tratar o rombo das contas públicas, a nova regra elaborada pelo governo precisa solucionar, entre outras, uma questão de fundo: onde obter mais receitas sem aumentar a carga tributária.

O aumento da arrecadação é um dos parâmetros do novo arcabouço para limitar o crescimento das despesas, além ser um fator importante para honrar os compromissos assumidos pelo governo Lula. O Bolsa Família de R\$ 600, o reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, a nova tabela do Imposto de Renda e outras despesas pressionam as contas públicas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem falado que não pretende aumentar a carga tributária e que prepara um pacote de medidas para aumentar a arrecadação. Ela podem acrescentar até R\$ 150 bilhões ao caixa do governo.

As medidas em estudo, entretanto, não devem constar do texto do projeto de lei complementar que será encaminhado ao Congresso na semana que vem. De acordo com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, essas propostas ainda serão discutidas pelo ministro Haddad com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O incremento da receita, algumas dependem de ato normativo, outras dependem de alteração da lei. Então, vai ter uma cesta de opções para se chegar a um incremento de receitas sem aumentar a carga tributária, disse Tebet.

Ontem, a ministra atuou, pela primeira vez, como integrante do Executivo no Grupo de Trabalho (GT) da **Reforma Tributária**. Até então, ela havia participado das discussões do colegiado como senadora pelo Mato Grosso do Sul.

A ministra definiu o novo arcabouço fiscal como a bala de bronze, e que a verdadeira bala de prata será a **reforma tributária**. O arcabouço fiscal é a bala de bronze para dar credibilidade necessária e ir adiante

para os juros começarem a cair e poder o Brasil voltar a crescer e gerar emprego, dentro dessa ótica monetária. Mas a verdadeira bala de prata é a **reforma tributária**, definiu.

Segundo a ministra, o maior obstáculo do debate tributário é o problema federativo. A questão sempre parava, quando estava na ponta da agulha, na questão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nós temos estados que consomem, e temos estados que produzem. É claro que há estados que consomem mais, outros produzem mais do que consomem, explicou, deixando claro que o governo federal está atento ao problema.

Segundo Tebet, o novo arcabouço fiscal está perto de ser concluído. O texto (do arcabouço fiscal) vai estar pronto até amanhã (quarta-feira). Já saiu do planejamento na parte orçamentária. Agora a palavra final é do ministro Haddad, explicou. Segundo Tebet, a publicação do novo texto deverá ficar para a próxima semana para evitar narrativas equivocadas.

Apesar das intenções do governo, analistas consideram improvável as contas públicas saírem do vermelho a partir de 2024, como pretende o Ministério da Fazenda. Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, o rombo fiscal deste ano será de 1% do **PIB**, não sendo possível evitar um novo déficit em 2024.

Pelas estimativas de Vale, para o governo conseguir estabilizar o crescimento da dívida pública bruta a fim de cumprir as metas de resultado primário que o governo quer, o superavit primário necessário no novo arcabouço deveria ser de 4,4% do **PIB**, neste ano, e de 2,4% do **PIB**, no ano que vem.

As metas são difíceis de alcançar. Zerar já vai ser bem difícil, o que significa que não vai ser possível estabilizar a dívida, alerta Vale, que estima crescimento de 1% no **PIB** deste ano. Segundo ele, pensar em estabilizar a dívida pública nos próximos anos demandaria esforço fiscal muito maior.

O governo vai precisar detalhar melhor os números. Como está, o arcabouço vai demandar uma forte expansão de arrecadação que o governo terá que ser mais explícito como conseguirá. Sem falar que ajudar apenas por arrecadação e não gastos já tem as

dificuldades naturais , acrescentou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5085171-tebet-diz-ao-congresso-que-reforma-tributaria-e-urgente.html>

Nova regra fiscal vai fazer Brasil entrar em ritmo de redução da taxa de juros, diz Alckmin

Brasília

**/
Hellen Leite, do R7, em Brasília**

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou nesta terça-feira (4) que a nova proposta de regra fiscal para as contas do país, apresentado pelo governo na semana passada, vai fazer com que o país entre em um "ritmo de redução da taxa básica de juros".

Atualmente, a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, está em 13,75% ao ano, o maior patamar desde 2017. Para Alckmin, a tarifa faz parte de uma agenda de competitividade que é capaz de fazer o Brasil se tornar mais competitivo.

"A agenda da competitividade tem três pilares: câmbio, imposto e juros. O câmbio está bom, o imposto será resolvido pela **reforma tributária**. Acredito que a reforma vai passar, temos que aproveitar esse momento", comentou.

A declaração do ministro foi feita durante o relançamento da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo. No mesmo evento, o grupo de parlamentares apresentou a agenda legislativa da frente, com 37 propostas de lei. "Caso aprovadas, podem mudar o arcabouço legislativo e inserir o Brasil em outro patamar de competitividade diante dos players internacionais", diz o grupo.

"A agenda permeia os 12 compromissos com um Brasil Competitivo lançado em julho do ano passado. Como eixos principais, temos o apoio à **reforma tributária**; o marco de garantias de crédito; a modernização do setor elétrico; a criação de um mercado de carbono; e a aprovação das debêntures de infraestrutura para melhorar gargalos importantes que impedem o crescimento do **PIB**, dentre outros pontos."

O presidente da frente parlamentar, deputado Arnaldo

Jardim (Cidadania-SP), comentou sobre a importância da **reforma tributária** para "simplificar, desburocratizar e unificar **tributos** para diminuir o custo das empresas e diminuir o vergonhoso contencioso tributário".

Um estudo divulgado pelo governo no ano passado estimou que o Custo Brasil retire R\$ 1,5 trilhão por ano das empresas instaladas no Brasil, ou seja, 20,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O ministro também disse que ligou para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e pediu a análise do Novo Marco Legal das Garantias. A proposta está em discussão no Congresso Nacional e regulamenta empréstimos em instituições financeiras e os bens dados como garantia em caso de não pagamento da dívida.

O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em junho do ano passado e aguarda a análise do Senado. "Ele [Pacheco] ele se comprometeu a pautar o projeto. Essa é uma maneira de a gente ajudar a tornar o crédito mais barato, favorecer quem está precisando tomar crédito", disse Alckmin.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/nova-regra-fiscal-vai-fazer-brasil-entrar-em-ritmo-de-reducao-da-taxa-de-juros-diz-alckmin-04042023>

A fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços - OPINIÃO JURÍDICA

Ângelo de Angelis e Jefferson Valentin são auditores fiscais da Receita Estadual de São Paulo, membros da Comissão Técnica da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), e, respectivamente, mestre e mestrando em Economia

A proximidade da aprovação de um projeto de **reforma tributária** que institui um inédito sistema de governança centralizada do IBS nacional compartilhado vem suscitando controvérsias e preocupações sobre a perda de autonomia e funcionalidade das atuais administrações tributárias subnacionais. Neste breve artigo, abordaremos um dos aspectos fundamentais dessa autonomia, a fiscalização de um IVA de base compartilhada, o IBS.

É evidente que o atual modelo de fiscalização tributária autárquica em que cada ente fiscaliza o seu tributo tornou-se obsoleto. Mais do que nunca, as administrações tributárias precisam se reinventar para os novos tempos em que as bases tributárias e as transações que lhe dão materialidade não têm a mesma espacialidade e mobilidade da era analógica.

Neste contexto, a instituição do IBS em sua versão nacional ou dual há de requerer maior integração e horizontalidade das administrações tributárias subnacionais, mormente, da fiscalização.

Uma nova governança para a fiscalização em uma federação que contém 26 Estados mais o Distrito Federal e 5.568 municípios seria impraticável se submetida hierarquicamente a uma agência tributária nacional. Assim, em contexto do IBS, essa governança passaria por uma organização coordenada das diversas administrações tributárias por meio de convênios, acordos de cooperação bilaterais ou multilaterais, consórcios interestaduais e intermunicipais e outras formas de integração horizontal e vertical entre os diversos entes tributantes. Não um festival de consórcios e acordos desordenados, mas um sistema planejado e flexível contendo planos de trabalhos em múltiplas escalas horizontais e verticais com metas (e os necessários incentivos para seu cumprimento) estabelecidas em contratos de gestão.

Por exemplo, poderia haver planos de fiscalização em três níveis, o local, o regional e o nacional registrados

de forma transparente em plataforma digital com acesso para as diversas administrações tributárias e para a sociedade, respeitadas das devidas regras de consultas para preservar o sigilo fiscal e eventual necessidade estratégica. Os planos locais poderiam ser de iniciativa de cada ente, preservando-lhes total autonomia. Os planos regionais e nacionais poderiam ser constituídos entre dois ou mais entes em comum acordo, o que também não feriria a autonomia de cada um e propiciaria maiores sinergias regionais e multirregionais com expressivos ganhos de produtividade arrecadatória. Outra possibilidade seria a agregação de entes aos planos regionais e nacionais por adesão voluntária de cada um deles, confirmando assim a sua autonomia.

Para evitar múltiplas fiscalizações em uma mesma empresa, os registros na plataforma incluiriam as empresas fiscalizadas e em fiscalização. Antes da edição de um novo plano de fiscalização, tais registros deveriam ser consultados pelo ente proponente. Os resultados das ações fiscais também seriam ali registrados, como, por exemplo, a maior aderência das empresas à conformidade tributária, o crescimento espontâneo da arrecadação dos setores fiscalizados, a diminuição do "gap" tributário, os resultados de cobranças de inadimplentes, as quantidades e valores de créditos constituídos por autos de infração, além de resultados de contenciosos administrativos e outros indicadores.

Equipes permanentes ou "ad hoc", multirregionais e intergovernamentais, de auditores fiscais poderiam ser constituídas dentro desse novo modelo, em que pese as diversidades culturais e históricas de cada órgão e de cada carreira. De todo modo, há de se requerer um novo perfil de auditor fiscal, que além dos conhecimentos necessários da **legislação tributária**, da contabilidade clássica, dos meios de registros digitais e das técnicas de auditoria, teriam de ter conhecimentos e prática de inteligência e análise de dados, ou seja, teriam de ser verdadeiros cientistas de dados.

Cabe lembrar que o sistema produtivo e de distribuição de bens e serviços, objeto da fiscalização do novo IBS, se organiza de forma multirregionalizada por todo o território nacional além de redes interempresariais constituídas por cima de meras divisas estaduais e municipais.

Há também os planejamentos tributários elisivos e de sonegação envolvendo diversas empresas e transações interregionalizadas em que, em um mundo cibernético, a fiscalização tradicional organizada dentro dos limites das atuais administrações tributárias não dá conta.

Conforme previsto nas propostas o imposto da transação interestadual ou intermunicipal pertencerá ao ente de destino, mas será arrecadado pela empresa do ente de origem e isso também exigirá maior integração dentro do modelo de IBS proposto. A título de exemplo, um contribuinte de interesse da administração tributária paulista pode estar localizado em Minas Gerais exigindo a atuação do Fisco paulista naquele Estado (o que já ocorre nos dias de hoje para o ICMS em regime de substituição tributária onde há acordos, convênios ou protocolos entre diversos estados em que a empresa substituta arrecada o ICMS-ST em guia nacional a favor do Estado destinatário). Há de se pensar em uma ampliação ordenada dessa fiscalização conveniada de forma a atender o interesse do ente tributante em fiscalizar sem criar uma fila de fiscais na porta de determinado contribuinte.

Enfim, não se trata de perda de autonomia e de funcionalidade das atuais administrações tributárias subnacionais, mas de sua integração. Cada ente mantém a sua própria administração tributária e seu quadro funcional, mas articuladas em um novo paradigma de governança cooperativa, interescalar e inter-regional. Uma nova era em que a tecnologia requer novos processos e perfis necessários para auditar montanhas gigantescas de informações.

Nesse cenário, a ciência de dados vem ocupar lugar central nas funções de fiscalização e auditoria. O IBS nacional compartilhado ou dual foi concebido para essa nova era.

Ângelo de Angelis e Jefferson Valentin são auditores fiscais da Receita Estadual de São Paulo, membros da Comissão Técnica da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), e, respectivamente, mestre e mestrando em Economia

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512>

Governo quer IVA dual em 2025 e 2027

Marta Watanabe

O diretor da Secretaria Especial de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Rodrigo Orair, disse ontem, em evento em São Paulo, que a discussão da **reforma tributária** sobre o consumo caminha para a adoção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com um tributo federal cobrado a partir de 2025, substituindo o PIS/Cofins. O tributo subnacional, que uniria ICMS e ISS, entraria em vigor em 2027, com transição de quatro a seis anos. Segundo ele, apesar das propostas dependerem do Congresso, este é o cronograma imaginado pelo governo no momento. Página A6

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1§ion=1)**

Reforma tributária só daqui a dois anos (Artigo)

Igor Montalvão

Quem alguma vez sonhou que em 2023 estaríamos já desfrutando de um cenário econômico ao menos mais otimista diante de uma **reforma tributária** em vigor deve ler acordado ou ler visto o sonho virar pesadelo. Desde 2021, foram muitos embates entre congressistas e a equipe do Ministério da Economia para se chegara uma proposta consensual.

Diferenças superadas, o projeto passou a tramitar na Câmara e depois no Senado, mas a morosidade dos parlamentares alcançou 2022 e tirou o foco da matéria, que ficou em segundo plano diante de um processo eleitoral que ocorreria dali a alguns meses, resultado: o (pie se esperava ainda para 2021 ficou para 2022: de 2022. empurraram com a barriga para 2023.

Vai sair neste ano? Talvez nem os deputados e os senadores se disponham a apostar, mas ao menos parece haver uma vontade política do novo governo federal de fazer a reforma sair do papel. Prova disso, se é que podemos chamar assim, é que o secretário especial da reforma no Ministério da Fazenda, Bernard App.v. já projeta a criação do IBS para 2025. O IBS será o Imposto sobre Bens e Serviços que unificará a cobrança de **impostos** federais, estaduais e municipais.

Na prática, o IBS vai concentrar PIS, Cofins e IPI, todos federais, e também ICMS (imposto estadual) e ISS (cobrado pelos municípios). O problema é o mesmo que tem vigorado até o momento: ainda não há nenhuma previsão de que o tributo seja instituído.

O governo trabalha hoje com a esperança de aprovar a emenda constitucional da **reforma tributária** sobre consumo ainda neste primeiro semestre, e somente a partir daí considerar as mudanças que vão afetar a renda. A proposta que vai regulamentar o IBS só deverá acontecer daqui a um ano!

E este é um ponto delicado da reforma, uma vez que demanda de fato definições que provoquem divergências jurídicas no futuro. Um dos arranjos que deverão ser feitos sobre o IBS é quanto à base de cálculo sobre cada produto e serviço em que ele incidir.

Outro contratempo que precisará ser encarado durante o percurso é a integração do ICMS e do ISS, que pode vir a gerar um conflito entre municípios e estados. Já existem alguns temores de ambas as partes de que a reforma desestruture o valor que compete a cada ente através desses **tributos**. São particularidades que a União deverá tratar diretamente com os envolvidos em busca de uma solução.

É este cenário de incerteza, reforçado por um Congresso pouco amigável com o governo federal, que despontam como problemas bem no epicentro da **reforma tributária**. Depois de solucionados todos os entraves, será necessário ainda abrir unia ampla negociação com os partidos para garantir que a proposta finalmente caminhe em direção favorável.

E um projeto desafiador, talvez mais do ponto de vista político do que sob o ponto de vista propriamente econômico. Os próximos meses ao menos poderão ditar o ritmo com que estão dispostos a resolvê-los.

Igor Montalvão, Sócio e diretor-jurídico do Montalvão Souza Lima Advocacia de Negócios

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Em busca de uma reforma estrutural

Ed Alves/CB/D.A Press



Spada: reforma tributária não pode ser debate só entre especialistas

Raphael Pati*

O presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, acredita que, finalmente, o país está maduro para aprovar uma **reforma tributária**. Participante de um dos grupos de trabalho sobre o tema na Câmara dos Deputados, ele está otimista. Considera não estar "remando contra a maré".

"Pela primeira vez sinto que a maré está favorável. Criou-se um movimento a favor da reforma que tem sido reforçado com a ocupação de cargos relevantes para a matéria por gente muito qualificada, referência no debate, como é o caso do Bernard Appy, secretário-extraordinário da **Reforma Tributária** e de toda sua equipe", destacou Spada.

No Congresso Nacional, duas Propostas de Emenda à Constituição - a PECs 45/2019 e a PEC 110/2019 - concentram as principais ideias em relação à **reforma tributária**. Elas unificam **tributos** como PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI em um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA), já utilizado em 174 países.

As propostas também alteram a tributação sobre o consumo da população. Em vez de taxar o produto ou serviço na origem, a ideia é que o imposto seja aplicado no destino final. Em nível federal, o novo tributo seria chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já no âmbito dos estados e municípios, seria intitulado como Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

"É uma proposta absolutamente necessária. O sistema

tributário atual está esgotado, falido e não tem mais espaço para puxadinhos, reparos pontuais.

Isso derruba a competitividade da nossa economia na comparação com outros países", argumenta o presidente da Febrafite.

"Precisamos de uma reforma estrutural, sólida, e o texto que está em discussão no Congresso nos entrega isso na tributação do consumo. De modo geral, a proposta deixa o sistema mais eficiente, mais simples e mais justo, fazendo com que quem tem menos recursos, pague menos **impostos**", acrescenta.

Spada também vê com otimismo o modelo de fiscalização tributária.

"Na nova estrutura, a fiscalização será um sistema único, integrado nacionalmente. Assim, todos os contribuintes serão fiscalizados uma única vez para todos os **tributos**", avalia.

No próximo dia 12, Rodrigo Spada é um dos convidados do Correio Talks: "**Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos**", evento que reúne especialistas sobre o assunto, além de congressistas e membros do governo federal que trabalham em torno do tema. Os painéis serão transmitidos pelas redes sociais do Correio Braziliense e têm o patrocínio da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco).

Para o presidente da Febrafite, é fundamental mostrar, de forma clara, os benefícios que a **reforma tributária** trará ao Brasil. "A **reforma tributária** não pode mais ser tema só de debates entre especialistas, é preciso que esteja disseminada para toda a sociedade", sustenta.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/05/all.pdf>

Regra fiscal não estabiliza dívida, é preciso também uma reforma de gastos



Douglas Gavras

Pouco mais de três meses após o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o balanço da economista Solange Srouf é o de que o governo do petista começou antes mesmo do dia 1º de janeiro, com a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que ampliou gastos. Ela vê uma mudança profunda da agenda econômica, em comparação com o governo anterior, de Jair Bolsonaro (PL).

Para a economista-chefe no Brasil do banco Credit Suisse e colunista da Folha, o Banco Central tem razão ao manter os juros básicos no patamar atual, de 13,75%, e as críticas do governo ao presidente da entidade, Roberto Campos Neto, não podem sinalizar que a autonomia da instituição está em risco.

Ainda na sua avaliação, um dos marcos da atual gestão, o novo arcabouço fiscal apresentado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) ainda precisa deixar claro se irá alcançar o objetivo de sustentabilidade da dívida. "É um arcabouço que não traz uma estabilidade da dívida a médio e longo prazos. Para isso acontecer, vamos precisar de uma reforma do gasto."

Como avalia os primeiros três meses de governo Lula? O governo começou ainda antes do dia 1º de janeiro, houve um trabalho importante na aprovação da PEC [proposta de emenda à Constituição], que trouxe consequências importantes para a agenda econômica. Foi aprovado um aumento de gasto da ordem de 2% do **PIB** [Produto Interno Bruto], quando a herança do que seria necessário aprovar para manter o Auxílio

Brasil [hoje rebatizado de Bolsa Família] seria da ordem de 0,8%.

O governo entregou boa parte das promessas no campo social e vai tentar trazer isso com mais **tributos**. A reforma mais importante desse mandato é a tributária, por enquanto, é a única que temos. É um governo que começa desde o resultado das eleições com uma agenda econômica, na minha opinião, bastante divergente da anterior -de maior gasto e um perfil social diferente.

Agora ficou claro que o pilar fundamental da política fiscal para trazer sustentabilidade da dívida vai ser o aumento da arrecadação.

O conjunto proposto no novo arcabouço é positivo? Ainda não está claro se o objetivo da sustentabilidade da dívida vai ser alcançado com o que foi anunciado até agora. São intenções para se alcançar um superávit maior do que aquilo que o mercado estava esperando, mas entre a intenção e a realidade existe uma distância enorme.

A base principal desse arcabouço está no aumento da tributação, não no controle do gasto. Pelo contrário, vamos voltar a ter as regras que existiam antes do teto de gastos para a educação, a saúde. O objetivo do resultado primário ser alcançado vai depender se o Congresso estará disposto a aprovar o aumento da carga tributária.

Mas é um arcabouço que não traz uma estabilidade da dívida a médio e longo prazos. Para isso acontecer, vamos precisar de uma reforma do gasto. Fizemos a reforma da Previdência, mas nenhuma economia que tem os gastos que o Brasil tem hoje se sustenta. Falta muito para trazer os gastos obrigatórios para um crescimento mais próximo daquele do **PIB**, sem a regra do teto, eles vão crescer acima.

É um retrocesso em relação ao teto? Não era importante pensar em uma forma destravar investimentos públicos, algo que o presidente se queixou ao longo da campanha? Acho que o teto de gastos era uma regra que obrigava o Brasil a fazer escolhas. Entendo que o teto sofreu críticas, pois ele perdeu sentido ao ter sido tão modificado a ponto de abrir espaços para novos gastos. Mas se o caminho era aumentar o gasto social em três vezes no pós-

pandemia, essa discussão poderia estar no debate público com alguma reforma de gastos que não seriam primordiais neste momento. Sem ajuste em outros gastos, a solução é aumentar imposto, e a carga tributária já é muito elevada. A discussão forçada pelo teto foi o que acabou levando à aprovação da reforma da Previdência. O teto estava cumprindo seu papel até que passou a ser muito fácil aprovar uma emenda constitucional para aumentar gastos sem discutir reformas.

O arcabouço de Haddad pode ter uma vida mais longa do que teve o teto? Vejo como uma ponte para discutir de novo os gastos, e o timing dessa discussão vai depender muito das condições de mercado, que acabam interferindo diretamente na economia. Sem discutir uma reforma do gasto, vamos precisar ficar aumentando a carga tributária todo ano e a economia não vai se sustentar. Se isso acontecer, o **PIB** potencial do Brasil, que já não é alto, vai ficar mais baixo, ninguém deseja que o crescimento continue baixo. Creio que será inevitável discutir novamente um arcabouço.

Como avaliar o desempenho de Haddad como ministro? O Ministério da Fazenda está bastante consciente dos desafios que o Brasil tem pela frente. Apesar de todas as surpresas positivas que tivemos nos últimos dois anos, em relação ao resultado primário e as estatísticas da dívida em relação ao **PIB**, os desafios estruturais estão presentes. O ministério está agindo dentro dos limites políticos do governo. Esse trabalho de trazer a reoneração dos **impostos** [sobre combustíveis] e alguma previsibilidade em relação à trajetória das contas públicas é bem-vindo. Caso contrário, a incerteza levaria a uma queda mais significativa do **PIB**.

Pode ser que durante quatro anos o que já foi apresentado seja suficiente, mas ainda não temos como avaliar isso por tudo depender do crescimento econômico, de variáveis que afetam a arrecadação. É um começo de trabalho que é positivo, mas ainda há bastante a ser feito.

O presidente tem reclamado das análises sobre o desempenho da economia, um pessimismo que o Datafolha também captou na população. Esse pessimismo é justificado? O mercado espera uma desaceleração expressiva do **PIB** do ano passado para este ano, mas não é pessimismo, é a realidade. Estamos com uma taxa de juros alta e que deve ficar assim por muito tempo. No nosso cenário, a Selic [taxa básica de juros] deve ficar estável até o fim do ano.

O Datafolha também mostrou uma insatisfação do brasileiros com os juros. A **inflação** continua alta, vivemos em um país que tem **inércia** elevada e existe

uma desaceleração da atividade em curso, que poderia ajudar no processo deflacionário e está ajudando, mas não o suficiente para trazer uma previsão de **inflação** baixa neste ano. Temos a expectativa de que ela fique em torno de 6,5%. Esse é um dos motivos para os juros estarem altos, o Banco Central não pode abrir mão desse objetivo de estabilidade de preços, também por ser algo prejudicial para qualquer governo.

Fora a inércia e a **inflação** alta, tem todo o questionamento sobre o regime de metas e a própria autonomia de fato do BC, que tem trazido uma expectativa de **inflação** mais alta para os próximos anos. Os títulos indexados à **inflação** acabam embutindo uma **inflação** maior e isso atrapalha a queda de juros. Outra questão é se vai haver um maior protagonismo de empresas estatais e bancos públicos, algo que afeta o investimento privado. Essas questões hoje trazem perspectiva de investimento mais baixo.

O presidente Lula erra ao criticar a política de juros do BC? O BC manter a autonomia de fato é crucial para o crescimento. A história mostra que o crescimento econômico é favorecido no médio prazo, quando o BC atua de forma autônoma. Vemos ataques não só de governos, mas de empresários, economistas e muita gente nos jornais achando que o BC está na contramão.

Na minha opinião, ele está preservando uma conquista importante para o Brasil. A autonomia do Banco Central foi um longo processo e pode ficar em risco, mesmo que o Congresso não aprove o seu fim. O mais importante é a autonomia ser mantida na prática, nenhum país relevante está discutindo mudanças no arcabouço monetário.

Haddad também tem falado sobre o custo do crédito ofertado pelos bancos e o governo prevê um pacote para destravar o crédito. Há espaço para isso? O custo do crédito ser alto é um debate de longa data e não tem a ver com a organização do sistema financeiro. Aumentou muito a competição nos últimos anos, com a entrada de fintechs. É claro que, se a Selic precisa ficar alta para conter a **inflação**, temos uma elevação da inadimplência e do spread [diferença entre o custo de captação dos bancos e a taxa final cobrada do cliente]. Se isso for atacado de uma forma intervencionista, o efeito pode ser o oposto.

Ao criticar o mercado, Lula chegou a citar o Credit Suisse [o banco passa por um processo de aquisição emergencial na Suíça], dizendo que o banco dava palpites sobre tudo e que havia sido salvo pelo Estado. Não é uma questão. Trabalhamos de uma maneira bastante técnica, todas as nossas projeções, cenários são formados através de modelos econométricos, um

arcabouço econômico. Projeção de **inflação**, de **PIB**, de Selic, tudo é feito por meio de modelos.

Como deve ser a relação do mercado com o governo Lula? O arcabouço pode acalmar os ânimos? Na verdade, não existe uma relação que tem de ser acalmada. Precisamos de mais informações sobre o que está sendo proposto e entender como vai ser a relação entre o Congresso e o governo.

Como as expectativas vão evoluir é algo que vai depender muito da conclusão desse arcabouço, do que vai acontecer com a política monetária e se o BC vai conseguir atuar de forma autônoma e reduzir a Selic. Também é preciso sempre contextualizar o Brasil no cenário global, a agenda de reformas passa a ser mais ou menos importante a depender da conjuntura externa. Só que ela muito provavelmente não vai ser tão favorável como foi para o Brasil nos últimos anos, o vetor de crescimento externo é menor daqui para frente e o cenário é menos positivo daqui para frente.

SOLANGE SROUR, 46

Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50237&maxTouch=0&_ga=2.148818037.334495528.1680498398-1380897342.1635735907

Tributária é bala de prata, e arcabouço, a de bronze, diz Tebet

Danielle Brant

A **reforma tributária** é a verdadeira bala de prata para que o Brasil volte a crescer e gere empregos, enquanto o arcabouço fiscal seria a de bronze e ajudaria a resolver o problema de credibilidade do governo, afirmou nesta terça-feira (4) a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

As declarações foram feitas durante audiência no grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que discute as mudanças no sistema tributário.

"Se nós temos unidade de pensamento de que a **reforma tributária** é a única bala de prata que nós temos, eu diria até que o arcabouço fiscal é a bala de bronze. Resolve um problema interno, um problema de finanças, um problema de credibilidade do governo, não gastar mais do que arrecada, não virar o ano de 2024 com déficit fiscal, garantir estabilidade da dívida em relação ao **PIB** [Produto Interno Bruto]. Isso é um dever de casa que nós temos que fazer dentro do Executivo", afirmou.

"O arcabouço fiscal é a bala de bronze para dar a credibilidade necessária para, dali adiante, o juro começar a cair e o Brasil poder voltar a crescer, gerar emprego, dentro dessa ótica monetária. Mas a verdadeira bala de prata é a **reforma tributária**", acrescentou.

Segundo a ministra, o texto com as novas regras fiscais será encaminhado à Câmara dos Deputados até terça-feira (11). "O texto já saiu do Planejamento na parte orçamentária, agora a palavra final é do ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad", disse.

Tebet acrescentou que o feriado comprometeu o cronograma de entrega e discussão do texto. "Eu fiz uma brincadeira com os colegas que o telefone dos parlamentares que estariam no descanso de Páscoa com a família não pararia, e o da própria ministra do Planejamento e do ministro da Fazenda", disse. "Para evitar, portanto, narrativas equivocadas, há um entendimento que é melhor colocar segunda-feira", acrescentou, antes de ser lembrada de que Haddad estará na China na próxima semana.

"Mas tem o ministro [Alexandre] Padilha [Relações Institucionais]. Aí é uma questão, semana que vem ela

[a regra] está pronta para ser discutida", disse.

A ministra afirmou ainda que a Fazenda dará a palavra final às questões complementares relacionadas à receita. "Vai ter uma cesta de opção ali para se chegar a um incremento de receita sem aumentar a carga tributária", afirmou. "Dentro dessa cesta, que vai ser apresentada ao ministro Haddad, algumas [medidas] por ato normativo se resolvem, não precisam vir para o Congresso Nacional. As outras precisam vir para o Congresso Nacional."

Tebet elogiou a decisão do governo de não encaminhar um texto com suas próprias propostas de mudanças no sistema tributário. "Houve uma determinação do presidente [Lula] que eu acho absolutamente correta de que a **reforma tributária** é hoje uma pauta do Congresso Nacional."

Ela indicou que o Simples e a Zona Franca de Manaus devem continuar com um tratamento diferenciado. "A informação que nós temos é que, a princípio, esses dois benefícios serão protegidos. Portanto, continuarão tendo uma diferenciação no que se refere à questão tributária. Mas, de novo, é uma decisão a ser feita pelo Congresso Nacional que vai ser acatada pelo governo do presidente Lula."

Tebet também foi questionada sobre discutir a mudança na renda e no patrimônio nesta fase da reforma.

"Aí é uma discussão com o ministro Haddad. Eu não me importo, mas quero ser bem objetiva neste requisito. Eu entendo que nós precisamos aprovar a **reforma tributária** mais ampla possível. Se colocar a questão do patrimônio nessa reforma não atrapalhar o andamento e a aprovação dessa reforma, bato palmas, contem comigo", afirmou.

No entanto, acrescentou que há dificuldade em debater uma reforma que contemple estados e municípios e também setores como serviços e agronegócio. "Mas nada impede de aproveitar o texto constitucional para, sei lá, tributar aeronaves no Brasil. Não vou entrar nessa questão neste momento."

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50237&maxTouch=0&_ga=2.148818037.334495528.16804

98398-1380897342.1635735907

Governo estuda devolução de todo o imposto da cesta básica aos mais pobres



Eduardo Cucolo

O governo pode devolver todo o imposto arrecadado com a volta da tributação sobre a cesta básica para famílias de baixa renda, dentro do modelo em estudo para a **reforma tributária** do consumo.

Essa possibilidade foi citada nesta terça-feira (4) pelo economista Rodrigo Orair, diretor da Secretaria de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, durante evento realizado pelo Bradesco BBI.

Um grupo de trabalho da Câmara ainda estuda qual tratamento será dado na tributação dos alimentos, um dos temas que mais preocupam o setor agropecuário.

Há basicamente duas possibilidades na mesa: a tributação desses produtos com devolução do imposto aos mais pobres, ou a manutenção da regra atual, que beneficia pobres, ricos e empresas que não repassaram a redução do imposto.

"O melhor é ter o tributo Com a base mais ampla, alíquota mais baixa e retornar todo o imposto arrecadado para as famílias de baixa renda", afirmou Orair. Ele frisou que a decisão final será do Congresso Nacional, que já trabalha em cima de duas pro -postas que tramitam no Legislativo, e deve apresentar um novo texto em maio.

Um trabalho de 2021 do movimento Pra Ser Justo, em conjunto com pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), estimou que um sistema de devolução de **impostos** a pessoas mais pobres pode beneficiar mais de um terço da população com um orçamento inferior ao da desoneração da cesta básica.

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), no entanto, estima um aumento de tributação

do setor em 644% com as mudanças propostas na **reforma tributária**, o que poderia encarecer a cesta básica em 23%.

Representantes da indústria, por outro lado, avaliam que o dado não considera o resíduo tributário do imposto em cascata embutido hoje nesses preços e que será eliminado com a reforma.

O grupo de trabalho da reforma na Câmara avalia manter a desoneração se essa for a condição para ganhar os votos da bancada do agronegócio, composta por cerca de 300 deputados e mais da metade dos senadores.

Orair afirmou que a expectativa é aprovar as mudanças tributárias na Constituição em 2023 e regulamentar a reforma em 2024. É nessa etapa que pode ser definido o modelo de devolução de imposto.

No ano seguinte, já haveria a substituição de dois **tributos** (PIS/Cofins) por uma contribuição federal sobre bens e serviços.

Em 2027, começaria a transição dos **tributos** estaduais e municipais (ICMS e ISS) para um novo imposto sobre bens e serviços, que duraria de quatro a seis anos.

"Você tem essa primeira transição, que vai terminarem 2031, 2032, a depender do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma na Câmara]."

Embora haja a possibilidade de juntar esses quatro **tributos** em um só, Orair afirmou que a separação da contribuição federal é o cenário apontado como mais provável pelos parlamentares do grupo de trabalho.

Restaria ainda aprovar a troca do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) por um imposto seletivo para desincentivar comportamentos danosos à saúde e ao ambiente. Nesse caso, afirma o diretor, é necessário dar uma solução para a Zona Franca de Manaus, onde as empresas são isentas desse tributo.

Orair afirmou que os novos **impostos** seguirão modelos internacionais em que está prevista a tributação de plataformas de streaming, aplicativos e marketplaces, citando como exemplo Nova Zelândia e

África do Sul.

**50237&maxTouch=0&_ga=2.148818037.334495528.16804
98398-1380897342.1635735907**

Nos dois primeiros casos, a empresa pode fazer o recolhimento do imposto pago pelos clientes que utilizam o serviço no Brasil sem a necessidade de ter representação no país. "Eu posso não saber onde está a empresa de streaming e de aplicativo, mas sei onde está o consumidor. Eu identifico onde está ocorrendo a prestação do serviços."

No marketplace, a obrigação tributária fica com o shopping center virtual, não com o vendedor.

Questionado sobre a visão do ministério em relação a um imposto sobre grandes fortunas, afirmou que a melhor forma de aumentar a tributação das pessoas mais ricas é com o Imposto de Renda e a tributação de heranças (ITCMD).

"Estamos trabalhando com Imposto de Renda, não de patrimônio. Se você tem um bom modelo de Imposto de Renda e de herança, pode prescindir da tributação de patrimônio", afirmou Orair.

Neste primeiro semestre, o Congresso discute mudanças na tributação do consumo e alterações menores em **tributos** sobre heranças (ITCMD) e patrimônio (IPTU e IPVA), a partir de propostas que já estão no Congresso. No segundo semestre, o governo deve apresentar uma proposta para tratar de Imposto de Renda e folha de pagamento.

Quando lhe foi perguntado sobre a "pejotização" de vários profissionais que aderem ao sistema do lucro presumido -usado em geral por quem tem faturamento anual acima de R\$ 4,8 milhões e abaixo de R\$ 78 milhões-, o diretor defendeu três medidas: desonerar a folha, rever os parâmetros desse enquadramento e tributar dividendos.

Ele afirmou que o ministério tem "um bom elenco de alternativa" para caminhar com essas mudanças, mas que não há um modelo definido.

Ao falar sobre a tributação de dividendos, Orair afirmou que o Brasil precisa aproveitar o movimento internacional de aumento da alíquota sobre lucros distribuídos e redução da tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

O Brasil tem uma alíquota corporativa de 34%, uma das mais altas do mundo. É também um dos únicos que não tributa dividendos, uma escolha feita na década de 1990 para concentrar a tributação na pessoa jurídica.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

Quem planta arcabouço pode não colher tributária

Bruno Carazza Belo Horizonte

A economia é a ciência das escolhas difíceis. São tantas restrições, condicionantes e variáveis envolvidas num ambiente de incerteza e de informação limitada, que decisões aparentemente racionais podem se revelar grandes erros de estratégia com o passar do tempo.

No caso das resoluções tomadas pelo ministro da Fazenda no Brasil, ocupação que foi muito bem descrita por Thomas Traumann como "O Pior Emprego do Mundo", esses dilemas ficam ainda mais evidentes.

Fernando Haddad apresentou na semana passada as linhas gerais do que será o novo arcabouço fiscal neste terceiro governo Lula.

A opção de atrelar o crescimento das despesas a 70% da variação da arrecadação no ano anterior foi bem recebida pelo mercado, como comemorou o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, em entrevista ao Valor.

Porém, a imposição de uma trava de incremento mínimo dos gastos em 0,6% ao ano, já descontada a **inflação**, e de um piso para os investimentos públicos, **ligou** o sinal de alerta. Não demorou muito para se disseminar o entendimento de que o novo marco fiscal é dependente do aumento da carga tributária.

O próprio ministro da Fazenda não esconde essa realidade. Em entrevista à GloboNews, Haddad anunciou um pacote de medidas destinadas a aumentar a arrecadação em R\$ 110 bilhões, atacando aquilo que vem caracterizando como "jabutis" - desonerações e outros benefícios que distorcem o sistema tributário.

Entre as três medidas antecipadas na segunda-feira, tributar apostas online e taxar compras de grandes sites estrangeiros de comércio eletrônico tendem a não enfrentar grandes resistências - empresários do varejo brasileiro comemoraram a medida. Já a eliminação de brechas que permitem abater a Contribuição sobre Lucro Líquido por empresas que recebem incentivos fiscais, apesar de correta, deve despertar maior resistência do empresariado.

É nesse ponto que reside o maior risco da política

fiscal de Haddad. O desenho das novas regras buscou ser a resultante que equilibrasse duas forças conflitantes: de um lado, a necessidade de preservar despesas e investimentos públicos, uma imposição de Lula e da ala política do governo, e de outro, a pressão do mercado para zerar o déficit primário e estabilizar a relação dívida/**PIB**.

O plano de Haddad até aqui parece claro: apresentar um arcabouço de estabilização fiscal que não imponha ao governo o ônus de cortar gastos, enquanto recorre a medidas pontuais para elevar a arrecadação.

Pressionado pela ala política do governo, que não quer nem ouvir falar em controle de gastos, Haddad tem buscado conquistar a credibilidade do mercado com medidas arrecadatórias de curto prazo como a mudança no processo de decisão do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, a **reoneração dos combustíveis** e essas novas interpretações tributárias para setores específicos.

O grande problema é que essa equação não contempla aquele que deveria ser o maior objetivo da gestão de Haddad na Fazenda: a **reforma tributária**. A cada nova medida anunciada para aumentar a receita do governo e zerar o déficit, menos crível se torna, para o setor produtivo, a promessa de que a aprovação da reforma virá sem aumento da carga tributária.

A batalha para a aprovação, no Congresso, das PEC 45 ou 110, mostra-se a cada dia mais difícil, com lideranças empresariais fazendo um pesado lobby contra a proposta de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). E a desconfiança do empresariado só aumenta quando percebe que o Ministério da Fazenda está gastando toda a sua energia em aprovar medidas tributárias imediatistas.

Ao concentrar suas ações no curto prazo, querendo agradar ao mercado sem se indispor com a classe política, Haddad pode estar deixando escapar as chances de aprovar a maior conquista de longo prazo para o país - e para sua própria carreira.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1§ion=1>

Incentivo a desenvolvimento regional cria impasse

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

O relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou nessa terça-feira (5) que a escolha sobre qual o modelo que será usado para fomentar o desenvolvimento regional após o fim dos incentivos fiscais será do Parlamento, mas indicou não concordar que um fundo com este objetivo seja bancado com parte da alíquota do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que uniria PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

Segundo ele, isso implicaria em aumento da alíquota.

"Aumento de imposto comigo não vai ter", afirmou à imprensa, após uma audiência pública com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, no grupo de trabalho da Câmara que discute a **reforma tributária**.

As propostas de emenda constitucionais (PECs) em debate no Congresso acabam com o atual modelo de incentivos fiscais, em que o imposto é reduzido para atrair empresas a regiões menos desenvolvidas, o que gerou a chamada "guerra fiscal". No lugar, haveria um fundo com recursos orçamentários para estimular a atração de empresas e empregos para estes locais.

Um dos maiores impasses é como custear esse fundo. O coordenador, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), disse em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" que uma das propostas é incluir uma parcela de 5% do IVA federal para arrecadar pelo menos R\$ 48 bilhões por ano para bancar o fundo para os Estados e municípios.

O valor era discutido na legislatura passada, mas foi barrado por resistência do ex-ministro da Economia Paulo Guedes.

Durante a audiência pública, Tebet defendeu a criação de um fundo para fomentar o desenvolvimento regional e disse que os incentivos fiscais "são coisa do passado". Ela argumentou que a guerra fiscal se acentuou tanto que até os Estados mais desenvolvidos passaram a criar incentivos para manter as empresas, o que derrubou a arrecadação e afetou a capacidade de oferecer serviços à população.

Segundo Tebet, uma possibilidade é a União contribuir com uma parcela de sua arrecadação "Vai sair do IVA

ou vai sair? É uma questão a ser discutida a médio prazo", disse a ministra.

Qualquer que seja a opção, destacou o relator, "não haverá cavalo de pau" e "ninguém precisa ter receio" de perder do dia para noite os incentivos que basearam a decisão de fazer investimentos em determinada região.

"Não vamos atropelar aquilo que está contratado. Isso traria insegurança jurídica. Os incentivos dados por Estados e pela própria União que estão em vigor serão respeitados, e no prazo que estão contratados", prometeu.

Ribeiro defendeu ainda que é preciso discutir o funcionamento desse fundo, para que tenha efetividade e não seja como outros, que ficaram com as receitas congeladas para fazer resultado primário, mas não atingiram seu objetivo, como o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1§ion=1>

IVA deve vigorar em duas etapas, em 2025 e 2027, afirma Orair



Rodrigo Orair, da Fazenda: "Não adianta abraçar a melhor decisão técnica se ela não é politicamente factível"

Marta Watanabe De São Paulo

A discussão política da **reforma tributária** sobre consumo caminha para a adoção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com um tributo federal que deve começar a ser cobrado em 2025, substituindo imediatamente os atuais PIS e Cofins. Já o tributo subnacional, que deve unir o estadual ICMS e o municipal ISS, entraria em vigor em 2027, com período de transição de quatro a seis anos, segundo Rodrigo Orair, diretor da Secretaria Especial de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda.

A transição para contribuintes e empresas terminaria em 2031 ou 2032, diz. Tudo depende das votações do Congresso, ressalta, mas esse é o cronograma imaginado pelo governo atualmente.

As declarações foram dadas em evento promovido ontem pelo Bradesco BBI. Orair reforçou que o governo espera que a definição da reforma seja feita no Congresso, onde já tramitam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, na Câmara dos Deputados, e a PEC 110/2019, no Senado.

Espera-se que as duas PECs sirvam de base para um novo texto.

A ideia de agenda que o governo tem, diz Orair, é que a PEC da **reforma tributária** sobre consumo seja

aprovada neste ano e que a lei complementar regulamentadora seja aprovada em 2024. A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, entraria em vigor em 2025, de forma imediata no lugar do PIS e da Cofins. A CBS poderá servir como teste, diz, para viabilizar e resolver problemas para possivelmente, em 2027, começar a transição, com saída gradativa do ICMS e ISS e entrada, também gradativa, do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de administração dos Estados e municípios. A CBS - ou IBS federal - e o IBS subnacional devem ser parecidos e devem ter legislação única, aprovada em âmbito federal, diz Orair.

Em outra transição importante dentro da **reforma tributária**, relativa à partilha do IVA entre os entes federados, diz o diretor, a ideia é considerar a arrecadação passada para definir o montante de distribuição das receitas. Essa transição, frisa, é diferente da transição estimada hoje entre quatro e seis anos para as empresas e os contribuintes.

A transição para os entes federados, diz, trata somente da partilha das receitas de arrecadação com a adoção do IVA.

Hoje, no sistema do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), explica, há tributação mista, na origem e destino, mas prioritariamente na origem.

Ao trazer uma tributação de IVA exclusivamente para o destino, diz ele, tende-se a favorecer entes que concentram consumidores e população.

Há nisso, salienta, efeito federativo "importantíssimo", porque nesses locais está a demanda maior por serviços públicos.

Mudanças muito bruscas, diz, poderiam desorganizar orçamentos de determinados Estados e municípios. No âmbito das PECs que estão no Congresso discute-se proposta de transição de 40 anos, dentre os quais deve haver durante os primeiros 20 anos um seguro-receita, explica Orair. A ideia é que cada Estado e cada município terá garantia de que manterá a receita que tinha antes da reforma, reajustada pela **inflação**. Só a arrecadação acima da **inflação**, ou seja, o ganho pelo crescimento econômico, será partilhada pelo novo

critério do destino, diz.

Depois, do 21o ano até o 40o ano, diz, a partilha deve caminhar gradativamente para o critério do destino. Além disso, aponta, há também outra garantia para quem perder fatia muito grande, mas será uma compensação interna.

A questão, diz, é como determinar a arrecadação atual. Isso, ressalta, ainda não está definido e a ideia em estudo é pegar uma média do período passado. Se colocar como algo prospectivo, avalia, pode gerar corrida pela arrecadação.

"Estamos estudando os melhores mecanismos, mas a ideia é pegar critério baseado em arrecadações que já ocorreram." Calcula-se que a receita dos **tributos** que devem ser substituídos na **reforma tributária** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - é de cerca de 12% do **PIB**. "Isso foi distorcido pela pandemia, então algumas coisas devem ser tratadas." Outro resultado do sistema atual do ICMS, que mistura origem e destino, ressalta ele, é que abre espaço para guerra fiscal "predatória e não cooperativa", que causa erosão da base de arrecadação de Estados e também faz com que os governos estaduais concentrem sua arrecadação nas atividades que estão com cobrança no destino, como combustíveis, energia e telecomunicações, o que traz enorme custo de produção.

Um objetivo da reforma, segundo ele, é trocar a atual política de benefícios tributários por um fundo de desenvolvimento regional que possa desempenhar essa finalidade com custo menor e eficiência maior. O fundo é uma subvenção econômica e está no Orçamento, ressalta Orair, o que torna essa política mais transparente.

O problema, diz o diretor, é que há uma demanda relacionada a grande parte dos benefícios de ICMS que foram convalidados pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz) até 2032. "Então existe a ideia de que, pelo menos nos anos iniciais, [o fundo] seja alocado prioritariamente nessas coisas que já se tem hoje, mas que ao longo do tempo você consiga liberar os recursos desse fundo para que de fato se faça uma política regional muito melhor." Nesse sentido, diz, a reforma promoveria "revisão brutal" de benefícios tributários, tanto de ICMS quanto de ISS.

Além do estabelecimento de um IVA, seja no modelo único, seja no dual, a **reforma tributária** sobre consumo defendida pelo governo federal também prevê a criação de imposto seletivo, em substituição ao atual Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), diz Orair.

O IPI hoje, avalia, é um "tributo estranho", que tem finalidade de arrecadar, mas também de seletividade.

A ideia da reforma é ter uma transição para tornar o IPI um imposto seletivo, de caráter extrafiscal, para desincentivar comportamentos danosos à saúde ou ao meio ambiente. É um tributo moderno, bem desenhado, alinhado às experiências internacionais, diz.

Uma "complicação", avalia, é a Zona Franca de Manaus, com decisão recente do Supremo Tribunal Federal vetando redução de IPI sobre produtos dentro desse regime. O governo tem dito que a reforma não deve prejudicar as empresas da zona franca e o tema tem sido discutido com parlamentares e o Estado do Amazonas.

Questionado sobre a questão dos tratamentos especiais e favorecidos dentro da **reforma tributária**, Orair diz que a definição depende do Congresso. O grande objetivo da secretaria diz, é deixar claro que o que vai decidir a questão "é a política". "Não adianta abraçar a melhor decisão técnica se ela não é politicamente factível. Mas deixamos claro que a arrecadação está dada. Se eu der algum tipo de benefício especial para determinado setor, a alíquota para todos os outros terá que aumentar, para compensar."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1§ion=1>

Haddad: não há "plano B" para receita de R\$ 90 bi



“Nenhum país que eu conheço subvenciona custeio. Lei bem feita não tem plano B, Lei do Real não teve plano B”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

TOM MOLINA/22-3-2023



“A prioridade absoluta agora é a entrega do arcabouço fiscal na semana que vem, até terça-feira”

Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento

RENAN MONTEIRO, ALICE CRAVO, GERALDA DOCA E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS economia@oglobo.com.br

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo não precisa de um "plano B" para a medida que prevê receita adicional de R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões. A proposta, que está sendo estruturada, busca proibir que empresas com incentivos fiscais concedidos por estados, via ICMS,

possam abater esse crédito da base de cálculo de **impostos** federais (IRPJ e CSLL). O crédito só poderá ser abatido se for destinado a investimentos, e não a custeio.

-Nenhum país que eu conheço subvenciona custeio. Vamos separar custeio de investimento e dar transparência-disse. - Não vamos fazer "jabuti" (assunto sem relação com o tema original de um projeto de lei incluído na proposta), vamos fazer as coisas transparentes. Lei bem feita não tem plano B, Lei do Real não teve plano B -afirmou, em rápida entrevista a jornalistas no Ministério da Fazenda.

DEPOIS DA PÁSCOA A receita de até R\$ 90 bilhões compensaria grande parte do que o governo precisa para viabilizar o arcabouço fiscal no longo prazo. A nova âncora para as contas públicas prevê déficit primário (antes do pagamento dos juros da dívida pública) zerado no próximo ano e superávits a partir de 2025. Pelo atual parâmetro, a proposta precisaria de incremento de receita entre R\$ 110 bilhões a R\$ 150 bilhões, segundo o ministro da Fazenda.

No curto e médio prazo, o Ministério da Fazenda está estruturando uma série de medidas para aumentar a receita do governo -a principal é a proposta para diferenciar custeio de investimento da base de cálculo de **impostos** federais.

No longo prazo, o governo conta com a **reforma tributária** e espera aumentar a arrecadação ao corrigir "distorções" no atual sistema de tributação.

O ministro, em São Paulo, afirmou que é preciso cortar o que chamou de distorções do sistema tributário brasileiro. Segundo ele, sem aprovar o novo arcabouço fiscal para substituir o atual teto de gastos (âncora atual que limita o crescimento das despesas públicas à **inflação**), o governo federal precisaria cortar R\$ 30 bilhões em despesas obrigatórias (pensões, salários dos servidores), inclusive programas sociais "caros à sociedade".

-São muitas distorções do sistema tributário. Ontem eu conversava com o Roberto Campos Neto (presidente do Banco Central) aqui e ele dizia que as distorções que ele identificou com sua equipe somam R\$ 300 bilhões. (...) Estamos falando de fazer correção que pode ser feita por projeto de lei ordinária, e está

provado que tem trazido efeitos muito ruins para a economia brasileira. Só uma medida representa 50% do Bolsa Família para meia dúzia de pessoas que estão se valendo de uma interpretação de alguns juizes, nem está consolidado esse entendimento - ressaltou Haddad, ao falar por videoconferência a investidores e analistas em evento promovido pelo Bradesco BBI em São Paulo.

Em Brasília, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, após participar da audiência do grupo de trabalho da **reforma tributária** no Congresso, afirmou que o governo vai esperar a Páscoa para encaminhar o projeto do arcabouço ao Legislativo. Segundo a ministra, o texto ficará pronto hoje, mas somente chegará ao Legislativo na próxima semana, na terça-feira, para evitar falsas narrativas equivocadas.

Ela explicou que o projeto é simples, conterà apenas "a moldura e os parâmetros" da âncora fiscal. As medidas de aumento de receitas que vão dar suporte ao plano serão enviadas por Haddad, depois de discutidas com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e lideranças partidárias.

- A prioridade absoluta agora é a entrega do arcabouço fiscal na semana que vem, até terça-feira, para que o Congresso possa avançar o mais rápido possível na questão do arcabouço fiscal.

Segundo a ministra, o novo marco é a "bala de bronze" para resolver as contas públicas: -Resolve um problema interno das contas públicas, dá confiança para o mercado que estamos fazendo o dever de casa, garante que o governo não vai continuar no vermelho, vai zerar o déficit em 2024 -disse a ministra.

"BALA DE PRATA" Já a **reforma tributária**, segundo ela, é a "bala de prata" para reduzir o custo das empresas, gerar empregos e fazer o país voltar a crescer.

-A **reforma tributária** é a única bala de prata. Eu diria que o arcabouço fiscal é a bala de bronze, o dever de casa dentro do Executivo para dar credibilidade necessária e permitir que os juros comecem a cair O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que o início da tramitação no Legislativo deve ocorrer "após a semana santa". O nome para a relatoria deve ser definido nesse período.

-O que temos conversado com o presidente da Câmara [Arthur Lira], e ele tem sinalizado junto aos líderes, é que seja alguém que tenha uma boa capacidade de diálogo. Exatamente porque o novo marco fiscal não tem um carimbo de governo ou de oposição. Acredito que possa ter um relator que

expresse isso - pontua Padilha.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>